

**INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36

NIRE 35.300.557.361

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2021**

- 1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 02 dias do mês de abril de 2021, às 11:30 horas, na sede social da **INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855, 15º andar, conj. 151, sala A, Vila Olímpia, CEP 04548-005 ("Companhia").
- 2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia ("Acionistas"), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.
- 3. Publicações:** As publicações das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram devidamente realizadas em 01 de abril de 2021 nas edições do Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial de São Paulo", conforme **Anexo I** à presente ata, em observância ao artigo 133, §3º da Lei das Sociedades por Ações.
- 4. Leitura dos documentos:** Não foi requerida a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações.
- 5. Mesa:** Presidente: Kai Philipp Schoppen; Secretário: Fabio Bortolotti
- 6. Ordem do dia:** Deliberar sobre: **(a) em Assembleia Geral Ordinária:** **(i)** apreciação das contas dos administradores e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais encontram-se arquivadas na sede da Companhia; **(ii)** proposta de destinação do lucro do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; e **(iii)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2021; e **(b) em Assembleia Geral Extraordinária:** **(i)** ajustes ao Estatuto Social da Companhia, em virtude das exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no âmbito do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria "A" e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no âmbito do pedido de listagem e admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado; e **(ii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações do item (i) acima.

**7. Deliberações:** Dispensada à leitura da Ordem do Dia, a presente ata foi lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, §1º da Lei das Sociedades por Ações, e após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas deliberaram por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

**(a) em Assembleia Geral Ordinária:**

- (i)** aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais encontram-se arquivadas na sede da Companhia, sendo que para a deliberação ora aprovada, abstiveram-se de votar os acionistas Unique Partners LLC, IGVentures XVIII LLC, e.Bricks Coinvestment IV, LLC, Engadin Investments LLC, Arrow Treasure LLC e Archery Global LLC, bem como Srs. Kai Philipp Schoppen, Luiz Pavão de Farias e Guilherme Weege, que atualmente ocupam o cargo de administradores da Companhia e participaram da preparação das respectivas contas;
- (ii)** aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apurado em R\$ 2.700.213,35 (dois milhões, setecentos mil, duzentos e treze reais, e trinta e cinco centavos) da seguinte maneira:
  - a.** R\$ 135.010,67 (cento e trinta e cinco mil, e dez reais, e sessenta e sete centavos) destinados à reserva legal, conforme inciso (i) do parágrafo segundo do artigo 32 do Estatuto Social; e
  - b.** R\$ 2.565.202,68 (dois milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dois reais e sessenta e oito centavos), correspondentes ao saldo remanescente do lucro líquido apurado, destinados à conta de reserva de lucros (geral), resultando na (I) não distribuição, aos acionistas, de qualquer resultado do exercício social (incluindo o dividendo obrigatório) em questão; e (II) não destinação, de qualquer recurso, à reserva de lucros estatutária denominada de "Reserva de Investimentos"; tudo conforme aprovado pela unanimidade dos acionistas.
- (iii)** aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária) para o exercício social de 2021, no montante de R\$ 15.200.000,00 (quinze milhões e duzentos mil reais), sem considerar encargos.

**(b) em Assembleia Geral Extraordinária:**

- (i)** aprovar ajustes ao Estatuto Social da Companhia, em virtude das exigências formuladas pela CVM no âmbito do pedido de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria "A" e pela B3 no âmbito do pedido de listagem e admissão à negociação das ações de emissão da Companhia no segmento de governança corporativa denominado Novo Mercado; e

- (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações do item (i) acima, o qual passará a vigor com a redação constante do **Anexo II** à presente ata.

**8. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, conferida, e por todos assinada. **Presenças:** Presidente: Pedro Jereissati; Secretário: Fabio Bortolotti. Acionistas: IGVentures XVIII LLC; e.Bricks Coinvestment IV, LLC; Engadin Investments LLC; Flybridge Capital Partners III, L.P.; Flybridge Network Fund III, L.P.; Transcosmos, Inc.; Kai Philipp Schoppen; Arrow Treasure LLC; Archery Global LLC; Luiz Pavão de Farias; Emmanuel Marie Henri Guinet; Doron Livnat; Renee Drake-Bloch; Paulo Andre Hufenussler; Alfredo Egydio Arruda Villela Filho; Kwi Yim Chung; Taris Sarl; Regs AS SPF; SIX SNOW SCSP; GVR; D.P. Korijn; R.E. Korijn; E.J. Korijn; W.J. Korijn; Frederic Jousset; Milkyway Capital; Gabriele Zuccarelli; Aurora Capital Holding LLC; Valor Capital Group, LLC; Daniel Parra Tucunduva; Jean-Baptiste Marchand; Fabrice Damien; Pierre Santoul; Ludgate Hill S.a.r.l; FGI Investments Ltd.; Serendipity Investments S.L.; Infinite Ventures, LLC; Nicolas Djelalian; Manechen Invest; Pacific Premier Trust FBO: Paul J. Esdale Roth IRA; Freddy Yimo; Benjamin Hara; Carlos Alberto Guerra Filgueiras; Guilherme Weege; Unique Partners LLC e Eik Florian Andre Otto.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 02 de abril de 2021.

*(Restante da página intencionalmente deixado em branco. Assinaturas seguem na próxima página.)*

*(Página de assinaturas da ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas da  
Infracommerce CXAAS S.A., realizada em 02 de abril de 2021)*

**Mesa:**

DocuSigned by:  
*Kai Philipp Schoppen*  
Assinado por: INFRACOMMERCE NEGOCIOS E SOLUCOES EM INTERN...  
CPF: 23423793821  
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2021 | 17:28:56 PDT  
  
-635EAABAFEBB4A8B996CFD37A5D896AD

**KAI PHILIPP SCHOPPEN**

Presidente

DocuSigned by:  
*Fabio Bortolotti*  
Assinado por: FABIO BORTOLOTTI:31498555861  
CPF: 31498555861  
Data/Hora da Assinatura: 05/04/2021 | 17:45:28 PDT  
  
-E11DF4E20CE94531ABB4EBA086D7BC97

**FABIO BORTOLOTTI**

Secretário

**INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36

NIRE 35.300.557.361

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2021**

**ANEXO I**

**PUBLICAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA**

# Infacommerce

## Infacommerce CXaaS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2020, 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

**Mensagem da Administração**  
 O ano de 2020 trouxe muitas mudanças, aprendizados e adaptações. Com a disseminação global da COVID-19, medidas restritivas foram tomadas, incluindo quarantena e o fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais. Apesar dos desafios, o crescimento de 2020 em comparação com o e-commerce no Brasil, onde a aceleração dos processos digitais foi a melhor saída para manter negócios ativos. Desde a fundação da Infacommerce, oferecemos soluções inovadoras aos nossos clientes. Nos vamos além do e-commerce, pois valorizamos a experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de nossos clientes, o que chamamos de Customer Experience. Nosso ecossistema de soluções integra o comércio eletrônico e o varejo físico, permitindo a integração de canais e a otimização da gestão do go-to-market, por meio de uma experiência ao consumidor excepcional. Nosso ecossistema também nos permite atuar de forma modular, sendo composto por três grandes blocos: tecnologia omnichannel, fulfillment e fintech. Somos referência em digitalização para B2C e B2B na América Latina, e nossas soluções visam aumentar a presença online e melhorar o posicionamento da marca dos nossos 201 clientes. Queremos entregar a melhor experiência de usuário para nossos clientes, com foco em agilidade, eficiência e rentabilidade. Em 31 de dezembro de 2020, registramos uma receita líquida de R\$236 milhões e originamos R\$4,6 bilhões em gross merchandise volume (GMV) para nossos clientes, além de um crescimento anual composto (CAGR) de 53% em receita líquida e 57% em GMV, entre 2018 e 2020. Nosso crescimento também reflete o nosso tempo de entrega de aquisição de novos clientes, que é o mais rápido do mercado de aquisição da Pler®, empresa que oferece uma gama de serviços de fulfillment e logística de e-commerce para clientes de médio porte nos segmentos de moda, alimentos e cuidados pessoais. Com essa aquisição, expandimos nossa base de clientes, nos alcançamos em termos de tamanho médio de potenciais clientes e as possibilidades de vendas cruzadas de nosso portfólio de soluções digitais. Ao longo do ano, buscamos sempre oferecer o melhor custo-benefício para nossos clientes. A entrada em operação de novas soluções, a implementação de uma série de medidas preventivas para garantir a integridade de nossos mais de 1.000 funcionários, como a adoção do home office para todo o administrativo e grande parte do call center, intensificamos a limpeza de nossas instalações, com a disponibilização de álcool em gel e instalação de equipamentos medidores de temperatura, e todos os nossos profissionais da logística passaram a seguir um detalhado protocolo de segurança sanitária.

Nossos objetivos em prover a melhor Customer Experience aos consumidores dos nossos clientes e neste ano tivemos diversos avanços neste sentido de melhorar o nível de serviço, como, por exemplo, a abertura de 3 dark stores em São Paulo para entregas em até 2 horas e implementação de diversas melhorias de serviço ao cliente como chatbot, email-tool, URPs, telefones 24x7, atendimento presencial, suporte. Fomos eleitos a melhor empresa de tecnologia de e-commerce do Brasil em nível de serviço, de acordo com o Prêmio de Inovação Digital da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCCOM), do ano de 2020, uma premiação que concorre com os principais marketplaces e players do setor. Também fomos reconhecidos pela Great Place to Work como uma das melhores empresas para se trabalhar em 2020. Além disso, fomos reconhecidos pelo Conselho Brasileiro de Prêmios de Inovação Digital (CIBID) como a melhor empresa de tecnologia de e-commerce do Brasil em nível de serviço, de acordo com o Prêmio de Inovação Digital da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCCOM). Recebemos o prêmio "Great Place to Work" em 2020, que reconhece os melhores ambientes de trabalho do Brasil.

**Infacommerce e-commerce**  
 O mercado de atuação da Infacommerce tem um tamanho substancial. De acordo com a MOC-ENET, em dezembro de 2020, a participação das vendas via e-commerce no mercado de varejo no Brasil (B2C) foi de 9,6%, de modo que o setor de varejo B2C no Brasil corresponde a R\$ 1,1 trilhão. Já no segmento de B2B, o segmento movimentou um valor estimado em 2019 de R\$ 2,4 trilhões no Brasil segundo o Mercado & Consumo e o Índice de Negócios Online médio pela Euromonitor. De acordo com estimativas internas da Infacommerce, levando-se em conta os volumes estimados de principais plataformas conhecidas no setor, cerca de 1% das transações B2B ocorrem via e-commerce, e, portanto, estima-se que o mercado de B2B online no Brasil corresponde a R\$ 24 bilhões. Apesar de expressivo, varejo B2C do Brasil ainda está abaixo de países como Estados Unidos e França, uma vez que o mercado online do Brasil ainda é sub-potencial quando comparado com outros países. A penetração do online de 9,6% de respectivos segmentos online representam 21,3% (US Department of Commerce data, 2020) e 24,9% (Statista, 2020) das vendas do varejo. As empresas cada vez mais investem nas suas operações online para estarem preparadas para o aumento da relevância

Balancos patrimoniais		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2018	2018
<b>Ativo/Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.250	15.347	106.254	106.254
Contas a receber	6	99.804	89.579	59.619	59.619
Adiantamentos de fornecedores	7	38.241	37.048	30.727	30.727
Adiantamentos a recuperar	8	13.066	9.599	5.150	5.150
IR e CS a recuperar	9	5.752	3.630	2.908	2.908
Despesas pagas antecipadamente	10	761	705	431	431
Outras contas a receber	11	6.000	1.678	2.379	2.379
<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	59	59.038	189.408	83.199	21.519
Depósitos judiciais	8	25.533	9.946	6.846	6.846
Investimentos em coligadas	9	9	7.914	2.769	7.497
Investimentos em controladas	9	59.038	-	-	-
Imobilizado	10	21.962	11.634	7.038	7.038
Intangível	11	106.011	25.189	6.373	6.373
Direito de uso	12	26.918	29.886	-	-
<b>Total do ativo</b>		<b>59.038</b>	<b>420.902</b>	<b>240.746</b>	<b>127.773</b>

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado**

Saldo em 1/1/2018	Nota	Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Consolidado	
					Total do ativo líquido	Total do patrimônio líquido
2.120					2.120	2.120
Prejuízo do exercício					(2.571)	(2.571)
Ajuste de conversão em controladas					(50)	(50)
Contribuições dos acionistas					(2.571)	(2.571)
Adiantamento para futuro aumento de capital					11.321	11.321
Prejuízo do exercício					(29.910)	(29.910)
Ajuste de conversão em controladas					(6.175)	(6.175)
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>					<b>(20.164)</b>	<b>(20.164)</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital					16.861	16.861
Prejuízo do exercício					(87)	(87)
Ajuste de conversão em controladas					(43)	(43)
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>					<b>(6.534)</b>	<b>(6.534)</b>
Contribuições dos acionistas					25.050	25.050
Movimento de ativo líquido		81.705	(25.373)	2.700	130	130
<b>Saldo em 31/12/2020</b>		<b>81.705</b>	<b>(25.373)</b>	<b>2.700</b>	<b>59.032</b>	<b>59.032</b>

**1. Contexto operacional:** A Infacommerce CXaaS S.A. ("Infacom" e "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, que foi constituída em 15/09/2020. A Companhia tem como objeto social a participação em sociedades de e-commerce e outros serviços relacionados ao comércio eletrônico. A Companhia se propõe a oferecer soluções digitais para marcas e indústrias lidarem suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital white label, a Companhia atua em segmentos de varejo de maior maturidade na América Latina, com foco em empresas de médio porte que estão buscando a transformação digital. Este ecossistema é composto por três grandes blocos: (i) tecnologia omnichannel, (ii) fulfillment e (iii) fintech. Nossa tecnologia conta com um ecossistema centrado na experiência do usuário, a partir de soluções integradas e plataformas flexíveis de acordo com a necessidade de nossos clientes em cada um dos níveis de suas respectivas jornadas digitais. Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes compreendem, mas não se limitam, as seguintes funcionalidades: (i) Plataforma de gestão de pedidos e gestão de logística de vendas, soluções omnichannel, social commerce e marketplace; (ii) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de fulfillment ("fulfillment 3.0") composto por múltiplos centros de distribuição e dark stores, tracking de pedidos e gestão de fretes; (iii) Gestão de pagamentos por meio de nossa fintech, oferecendo aos clientes a melhor experiência de pagamento; (iv) Gestão de processos de logística de vendas, soluções omnichannel, social commerce e marketplace; (v) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de fulfillment ("fulfillment 3.0") composto por múltiplos centros de distribuição e dark stores, tracking de pedidos e gestão de fretes; (vi) Gestão de pagamentos por meio de nossa fintech, oferecendo aos clientes a melhor experiência de pagamento; (vii) Gestão de processos de logística de vendas, soluções omnichannel, social commerce e marketplace; (viii) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de fulfillment ("fulfillment 3.0") composto por múltiplos centros de distribuição e dark stores, tracking de pedidos e gestão de fretes. Todos os serviços são oferecidos por meio de nossa fintech, oferecendo aos clientes a melhor experiência de pagamento. Além disso, oferecemos soluções de logística de vendas, soluções omnichannel, social commerce e marketplace. Todos esses componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para e-commerce, compondo o nosso ecossistema digital white label. **1.1 Impactos da COVID-19 em nossas atividades:** Com a disseminação da Covid-19 no início de 2020, os negócios e as atividades econômicas foram afetadas em escala global. Nesse cenário de grandes incertezas, a Companhia instituiu um Comitê de Continuidade de Negócios (CCN) para avaliar os impactos da pandemia e garantir a continuidade dos processos de negócio, a saúde e segurança de nossos colaboradores, a continuidade da nossa operação e a manutenção de empregos. Dentro desse tripé pilares escolhidos para enfrentarmos a crise, a Companhia tem tomado as seguintes medidas de curto prazo: (a) Todos os colaboradores do escritório e do call center passaram a trabalhar no modelo de Home Office a partir do dia 16/03/2020, sem data prevista para retorno ao escritório; (b) Colaboradores da logística, a maioria das operações de logística, foram mantidos em home office, com a presença física, passaram a seguir um detalhado protocolo de segurança; (c) A Companhia disponibilizou álcool em gel em todas as salas e corredores tanto no Centro de Distribuição (CD) como nos escritórios da Infacommerce; (d) Foram instalados equipamentos para monitoração de temperatura de todos os profissionais ativos de entrada no CD e no escritório; (e) A Companhia instituiu que seus colaboradores não visitem o escritório, exceto em caso de necessidade operacional; (f) A Companhia intensificou a atividade de limpeza e CD, mesmo com a redução do número de colaboradores, sempre com utilização de álcool em diversos formatos para garantir a higienização máxima das instalações. Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ocioes Circulares da OMS/OPAS (2 e 13/2020), analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas operações, considerando os seguintes aspectos: (i) Risco de continuidade operacional: a Companhia não identificou elementos que configurem o risco de continuidade operacional; (ii) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: as contas a receber da Companhia decorrem das vendas de produtos por e-commerce e são representadas principalmente por vendas financiadas por meio de operadores de cartões de crédito. A Administração considera o risco de inadimplência baixa, pois não possui carteira de inadimplência e a consequente redução do consumo nas lojas físicas de vendas, somente após a aprovação ou confirmação do pagamento pelos operadores de cartões de crédito ou quitação dos boletos bancários; (c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "Impairment": a Companhia não identificou indícios de impairment no período final em 31/12/2020. O governo vem tomando medidas para conter a propagação do vírus desde a segunda quinzena de março de 2020. O isolamento social, o fechamento de estabelecimentos comerciais e a redução de atividades econômicas, em conjunto com as medidas de curto prazo que nossa empresa passou a ser amplamente adotadas a partir de abril de 2020, o contribuiu para impulsionar as vendas on-line, alcançando a receita da Companhia e o número de usuários do serviço de e-commerce. Mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades, e o impacto negativo da pandemia na economia do país, a Administração da Companhia avaliou os efeitos e impactos de maneira desincorporada, pois não há efeitos adversos relevantes em suas operações que coloquem em dúvida sua continuidade operacional. A Companhia continuará monitorando a situação da pandemia, a fim de manter atualizados os seus projetos de longo prazo e a consequente redução do consumo nas lojas físicas. **1.2 Restituição societária:** Em 15/09/2020, a Infacommerce CXaaS S.A. foi constituída, com o objetivo de ser a holding não operacional consolidadora do resultado de todo o Grupo. Anteriormente, a Infacommerce Ltd., localizada nas Ilhas Cayman, operava como uma holding não-operacional para o Grupo. Na mesma data, a subsidiária direta da Infacommerce Ltd., denominada Infacommerce Negócios Y Soluções em Internet Ltda. ("Infacommerce Negócios Y Soluções em Internet Ltda.", anteriormente "Infacommerce Negócios Y Soluções em Internet Ltda. e (vii) New Retail Limited, mantendo o Grupo ora apresentado inalterado. Essa reestruturação corporativa não impacta o Grupo de controle, uma vez que os acordos de controle e o controle efetivo da Companhia permanecem inalterados. O Grupo de controle mantém em sua estrutura de controle (indiretamente pela Infacommerce CXaaS) após a reestruturação societária. As atividades operacionais da Infacommerce Ltda. (empresa que representa 90% do Grupo) continuam operando da mesma forma, imediatamente antes e após a reestruturação societária. Como última etapa da reestruturação societária, a Infacommerce CXaaS S.A. incorporou as entidades Infacommerce Y Soluções em Internet Ltda., anteriormente "Infacommerce Negócios Y Soluções em Internet Ltda.", e a Armazem Gerias Fornecedor & Sólano Ltda. em conjunto "Pier 8". A Pier 8 é uma provedora brasileira de marketing e logística para e-commerce, incluindo soluções multifunção, uma business intelligence de atendimento ao cliente, operação de armazenamentos, gestão de transporte e omnichannel, especialistas ou complementares aos prestados pelo Grupo, porém com foco em soluções de logística e gestão de estoque. O Grupo de controle mantém em sua estrutura de controle as atividades operacionais da Pier 8 e do Grupo, que são similares, reduzindo significativamente os riscos operacionais e permitindo uma expansão mais rápida de rede logística, além dos benefícios listados acima. O preço fixo de aquisição foi de R\$ 41,90, a ser liquidado nos termos e condições constantes do instrumento de aquisição, conforme detalhado no Anexo 1 do Preço Fixo. O preço fixo de aquisição foi de R\$ 23,10 pagado em 12/02/2020, R\$ 18,000 após 6 meses da data de fechamento, R\$ 6,000 após 12 meses da data de fechamento, e (iv) R\$ 6,000 após 18 meses da data de fechamento. Impactos no fluxo de caixa: O total pago até 31/12/2020 foi de R\$23,10. O total apresentado nas demonstrações combinadas de fluxo de caixa é o valor pago líquido da caixa da Companhia adquirida R\$ 7,16, tendo assim um efeito de R\$ 23,14. Os principais impactos e executivos são os seguintes: (i) Impacto de aquisição de ativos: O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do earn-out depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 2 e R\$ 30,000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23,000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e lucro de 2021, a menos da utilidade paga sobre o fluxo de caixa e executivos. O Grupo de controle realizou a aquisição de ativos por meio de uma única operação de aquisição por um valor adicional (Earn-out) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021



**BETACAR ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ nº 08.077.875/0001-01

Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de Dezembro de 2018 e 2019 (em milhares de reais)

Balço Patrimonial Consolidado	2018		2019		Balço Patrimonial Consolidado	2018		2019		Demonstração do Resultado	2018		2019	
	2018	2019	2018	2019		2018	2019	2018	2019		2018	2019		
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.377</b>	<b>7.386</b>	<b>Margem bruta</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Disponível	1	1	Outras Obrigações de Longo Prazo	1.377	7.386	Despesas administrativas	(3)	(202)						
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>16.096</b>	<b>15.614</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12.869</b>	<b>8.229</b>	Outras receitas/Despesas e equivalência	4.242	1.061						
Investimentos	16.096	15.614	Capital social	3.323	3.323	<b>Despesas totais</b>	<b>4.240</b>	<b>860</b>						
	<b>16.096</b>	<b>15.614</b>	Reservas	6.497	997	<b>Margem Ebitda</b>	<b>4.240</b>	<b>860</b>						
<b>Total do Ativo</b>	<b>16.097</b>	<b>15.615</b>	Lucros/Prejuízos acumulados	(1.190)	3.050	Resultado financeiro	—	—						
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.850</b>	<b>—</b>	Lucros/Prejuízos do exercício	4.240	860	<b>Lucro líquido antes do IR e CS</b>	<b>4.240</b>	<b>860</b>						
Outras Contas a pagar	1.850	—	Total do Passivo	<b>16.097</b>	<b>15.615</b>	<b>Lucro líquido do período</b>	<b>4.240</b>	<b>860</b>						

Victor Hara - Diretor Presidente - CPF: 148.547.748-43

Claudio de Souza Almeida - Contador - CPF: 324.976.408-66 - CRC: 1SP 313.288/O-0

**infra.commerce****Infracommerce CXaaS S.A.**

CNPJ nº 38.456.921/0001-36

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2020, 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

**Mensagem da Administração**

O ano de 2020 trouxe muitas mudanças, aprendizados e adaptações. Com a disseminação global da COVID-19, medidas restritivas foram tomadas, incluindo quarentena e o fechamento prolongado de estabelecimentos comerciais. Apesar dos efeitos negativos da crise, observamos em 2020 um crescimento no e-commerce no Brasil, onde a aceleração dos processos digitais foi a melhor saída para manter negócios ativos. Desde a fundação da Infracommerce, oferecemos soluções inovadoras aos nossos clientes. Nós vamos além do e-commerce, pois valorizamos a experiência do consumidor em todos os canais de relacionamento de nossos clientes, o que chamamos de *Customer Experience as a Service*. Nosso ecossistema de soluções integradas compõe um *white-label digital ecosystem* para marcas e indústrias liderarem suas jornadas de digitalização do *go-to-market*, por meio de uma experiência ao consumidor excepcional. Nosso ecossistema também nos permite atuar de forma modular, sendo composto por três grandes blocos: tecnologia *omnichannel*, *fulfillment* e *fintech*. Somos referência em digitalização para B2C e B2B na América Latina, e nossas soluções visam aumentar a presença online e melhorar o posicionamento da marca dos nossos 201 clientes. Acreditamos conseguir isso por meio de uma cultura focada em tecnologia, inteligência de dados, alta produtividade, eficiência e rentabilidade. Em 31 de dezembro de 2020, registramos uma receita líquida de R\$236 milhões e originamos R\$4,6 bilhões em *gross merchandise volume* ("GMV") para nossos clientes, além de um crescimento anual composto de 53% em receita líquida e 57% em GMV, entre 2018 e 2020. Nosso crescimento acontece tanto de forma orgânica quanto por meio de aquisições estratégicas, como é o caso da recente aquisição da Pier8, empresa que oferece uma gama de serviços de *fulfillment* e logística de e-commerce para clientes de médio porte nos segmentos de moda, alimentos e cuidados pessoais. Com essa aquisição, expandimos nossa base de clientes, nosso alcance em termos de tamanho mínimo de potenciais clientes e as possibilidades de vendas cruzadas do nosso portfólio de soluções digitais. Ao longo do ano, buscamos sempre estar próximos do nosso time, mostrando que estamos juntos nesse momento de adversidade. Adotamos uma série de medidas preventivas para garantir a integridade de nossos mais de 1.000 funcionários, como a adoção do home office para todo o administrativo e grande parte do *call center*; intensificamos a limpeza de nossas instalações, com a disponibilização de álcool em gel e instalação de equipamentos medidores de temperaturas; e todos os nossos profissionais da logística passaram a seguir um detalhado protocolo de segurança dentro de nossos CDs. Somos obcecados em prover a melhor Customer Experience aos consumidores dos nossos clientes e neste ano tivemos diversos avanços neste sentido de melhorar o nível de serviço como, por exemplo, a abertura de 3 dark stores em São Paulo para entregas em até 2 horas e implementação de diversas ferramentas de serviço ao cliente como chatbot, email-bot, URAs inteligentes 24x7, televidas, personal shopper. Fomos eleitos a melhor empresa de soluções digitais para e-commerce do Brasil em nível de serviço, de acordo com o Prêmio de Inovação Digital da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM), do ano de 2020, uma premiação que concorria com os principais *marketplaces* e *players* do setor. Também fomos reconhecidos pela Great Place to Work como uma das melhores empresas para se trabalhar, atestando a excelência de nosso time de gestão. A entrada no mundo digital pode ter sido acelerada com a pandemia, mas o setor trouxe uma ampla gama de possibilidades e oportunidades, onde a omnicanalidade mostra sua força, trazendo a aproximação do relacionamento entre as empresas e seus consumidores. O mercado digital continuará crescendo e evoluindo, e nós continuaremos comprometidos com nossa estratégia de expansão e excelência na experiência do consumidor. Agradecemos nossos clientes pela confiança, e ao nosso time de Infracommerce pelo excelente desempenho e dedicação demonstrados durante todo o ano. Estamos preparados para os novos desafios que nos aguardam em 2021.

#Golnra

**Kai Philipp Schoppen, CEO da Infracommerce CXAAS S.A.****Destques Financeiros e Operacionais**

• A Receita líquida foi de R\$236 milhões em 2020, com um crescimento de 71% em relação ao ano de 2019. • Originamos R\$4,6 bilhões em *gross merchandise volume* ("GMV") para nossos clientes no ano de 2020. • EBITDA aumentou em 2x, para R\$20 milhões em 2020, com margem EBITDA de 8,5%, apresentando uma saudável combinação de crescimento com performance operacional. • Entre 2018 e 2020, nós registramos um crescimento anual composto (CAGR) de 53% em termos de receita líquida, e 57% em termos de GMV. • Fomos eleitos a Melhor empresa de soluções digitais para e-commerce do Brasil em nível de serviço do ano de 2020, de acordo com o Prêmio de Inovação Digital da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABCOMM). • Recebemos o prêmio "Great Place to Work" em 2020, que reconhece os melhores ambientes de trabalho do Brasil.

**Mercado de e-commerce**

O mercado de atuação da Infracommerce tem um tamanho substancial. De acordo com a MCC-ENET, em dezembro de 2020, a participação das vendas via e-commerce no mercado de varejo no Brasil (B2C) foi de 9,6%, de modo que o setor de varejo B2C no Brasil corresponde a R\$ 1,1 trilhão. Já no segmento de B2B, o segmento movimentou um valor estimado em 2019 de R\$ 2,4 trilhões no Brasil segundo o Mercado & Consumo e o índice *Business-to-business* Online medido pela E-Consulting. De acordo com estimativas internas da Companhia, levando-se em conta os volumes estimados das principais plataformas conhecidas no setor, cerca de 1% das transações B2B ocorrem via e-commerce, e, portanto, estima-se que o mercado de B2B online no Brasil corresponde a R\$ 24 bilhões. Apesar de expressivo, varejo B2C do Brasil ainda está abaixo de países como Estados Unidos e China, uma vez que o mercado online no Brasil ainda é sub-penetrado quando comparado com outros países. A penetração do online de 9,6% de respectivos segmentos online representam 21,3% (U.S Department of Commerce data, 2020) e 24,9% (Statista, 2020) das vendas do varejo. As empresas cada vez mais tem investido nas suas operações online para estarem preparadas para o aumento da relevância do e-commerce nas vendas do varejo no Brasil e no mundo. Fatores como (i) demografia favorável com geração tecnológica dos *millennials* ganhando relevância na pirâmide etária, (ii) mudança de comportamento do consumidor que tem procurado mais comodidade nas suas compras, (iii) aumento do engajamento online com aumento da adesão de smartphones na população, e (iv) aprimoramento de ferramentas tecnológicas, tem ajudado nessa tendência de transferência das vendas do varejo do lado físico para o mundo online. Entendemos que a intensificação da exploração do e-commerce se desenvolveu principalmente em 3 ondas até o momento atual, em que a experiência do consumidor ocupa um papel central na estratégia online das empresas: Onda 1 - Go Online: consiste no desenvolvimento da plataforma de e-commerce e soluções básicas para a entrada das marcas no mundo online. Onda 2 - Omnicanalidade: conexão entre as lojas físicas e as virtuais das empresas de forma a integrar todos os canais de relacionamento com o consumidor. Onda 3 - Experiência Excepcional do Consumidor: consiste em uma estratégia multicanal integrada focada em prover a melhor *customer experience* de forma a aumentar recorrência, tráfego e conversão através da utilização de recursos de Big Data/BI, soluções de inteligência artificial, estratégia de Gestão de Relacionamento com o Cliente personalizada, e uma rede logística completa, extremamente eficiente com opções de *ultra fast delivery*.

**Responsabilidade Sócio-Ambiental**

A Infracommerce não apenas se preocupa com o desenvolvimento sustentável de seu negócio, como acredita que no mundo atual isso é uma obrigação. O Nosso Jeito preza pelo respeito às pessoas e ao meio ambiente, a fim de contribuir para uma sociedade engajada, justa e próspera. Adicionalmente, apoiamos diversas instituições no enfrentamento à pandemia, e lideramos iniciativas com impacto na comunidade, como desenvolvimento pro-bono de um site para a CUFA (Central Única das Favelas), que serviu como canal digital para arrecadação de doações; doamos alimentos e materiais de higiene; e transportamos máscaras com custo reduzido de logística. No âmbito interno, promovemos ações como contratação de médico e técnico de enfermagem para os funcionários de Embu, melhoramos a rede credenciada oferecida pelo plano de saúde, fornecemos máscaras e álcool gel, facilitamos que cada colaborador em home office equipasse seu local de trabalho por meio de compra subsidiada ou empréstimo de equipamentos, contratamos serviço online de apoio psicológico e atividade física.

**Faça o que é certo**

 <b>CUFA</b> Central Única das Favelas R\$5 milhões levantados através de um site desenvolvido pro bono	 Máscaras distribuídas para clientes, pequenos varejistas e funcionários	 <b>Home Office</b> kits distribuídos para funcionários, incluindo suporte psicológico remoto
 <b>Promova oportunidades</b>	 <b>Representatividade</b> 51% mulheres em posições de liderança + programa de mentoria	 <b>Equidade Salarial</b> Remuneração média das mulheres igual ou maior do que dos homens, até o nível da diretoria
 <b>Diversidade Racial</b> Auto declarados: 47% não-brancos; Dentre líderes, 20% não-brancos	 <b>Primeiro Emprego</b> Estágio no ensino médio para alunos que moram em volta dos centros logísticos	 <b>Carreira em Tecnologia</b> 3 meses de mentoria de tecnologia para jovens talentos desprivilegiados

**Comentários de Desempenho**

Todos os números são comparados ao mesmo período do ano anterior, e foram arredondados para o milhar mais próximo, contudo podem apresentar divergências quando comparado às demonstrações financeiras em virtude das casas decimais. Entre 2018 e 2020, apresentamos um crescimento anual composto (CAGR) de 53% em termos de receita líquida, e 57% em termos de GMV. Nos últimos três anos, registramos um saudável crescimento do nosso negócio, com base em uma gestão próxima, eficiente e experiente, além de uma visão estratégica consistente. Nesse período, nossa receita líquida aumentou de R\$101 milhões para R\$138 milhões, um aumento de 38%. No ano de 2020, nossa receita líquida totalizou R\$236 milhões, um crescimento de 71% em relação ao ano de 2019, o que mostra que não somente estamos continuamente crescendo, mas fazendo isso de forma sustentável e duradoura. Comparação dos nossos resultados consolidados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

**(em R\$ mil, exceto %)**

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	Varição % 2020 x 2019	Varição % 2019 x 2018
<b>Receita líquida</b>	<b>235.933</b>	<b>138.354</b>	<b>100.602</b>	<b>71%</b>	<b>38%</b>
Custos dos serviços prestados	(118.535)	(74.456)	(66.369)	59%	12%
<b>Lucro bruto</b>	<b>117.398</b>	<b>63.898</b>	<b>34.233</b>	<b>84%</b>	<b>87%</b>
<b>Margem bruta %</b>	<b>49,8%</b>	<b>46,2%</b>	<b>34,0%</b>	<b>3,6 p.p.</b>	<b>12,2 p.p.</b>
Despesas comerciais	(15.869)	(10.889)	(1.194)	46%	812%
Despesas gerais e administrativas	(101.079)	(57.144)	(30.616)	77%	87%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.680	6.444	(897)	-27%	-818%
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.130</b>	<b>2.309</b>	<b>1.526</b>	<b>122%</b>	<b>51%</b>
Resultado financeiro, líquido	(12.352)	(8.293)	(3.702)	49%	124%
Equivalência Patrimonial	688	(191)	(395)	-460%	-52%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(6.534)</b>	<b>(6.175)</b>	<b>(2.571)</b>	<b>6%</b>	<b>140%</b>
Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	n.a.	n.a.
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>(6.534)</b>	<b>(6.175)</b>	<b>(2.571)</b>	<b>6%</b>	<b>140%</b>
<b>Margem líquida %</b>	<b>-2,8%</b>	<b>-4,5%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,7 p.p.</b>	<b>-104,5 p.p.</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social	—	—	—	n.a.	n.a.
(+) Resultado financeiro, líquido	12.352	8.293	3.702	49%	124%
(+) Depreciação e amortização	14.333	7.888	1.636	82%	382%
<b>EBITDA</b>	<b>20.151</b>	<b>10.006</b>	<b>2.767</b>	<b>101%</b>	<b>262%</b>
<b>Margem EBITDA %</b>	<b>8,5%</b>	<b>7,2%</b>	<b>2,8%</b>	<b>1,3 p.p.</b>	<b>4,5 p.p.</b>

**Comentários sobre as principais variações na receita e despesas operacionais:****Receita líquida**

A Receita Líquida da Infracommerce totalizou R\$236 milhões em 2020, uma variação de R\$98 milhões ou 71% em relação ao mesmo período de 2019. Este aumento está em linha com o crescimento histórico da companhia, porém acentuado com o impacto da pandemia da COVID-19 no Brasil, visto que o isolamento social recomendado, o fechamento compulsório de lojas e a consequente redução do consumo em lojas físicas contribuiu para impulsionar as vendas de e-commerce, alavancando, assim, a quantidade de transações realizadas em nosso ecossistema, e o GMV saiu de R\$3,0 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$4,6 bilhões em 31 de dezembro de 2020, o que levou ao crescimento da receita líquida da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, conforme observado acima. No ano de 2019, a Companhia apresentou uma receita líquida de R\$138 milhões, um aumento de R\$38 milhões ou 38% em relação ao mesmo período de 2018, relacionado principalmente com a entrada de novos clientes e expansão da penetração do e-commerce dos clientes existentes dentro da base de vendas da Companhia.

**Custos dos serviços prestados**

Em 2020, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$119 milhões, o que representou uma variação de R\$44 milhões ou 59% em relação ao ano de 2019, relacionada com custos de logística, transporte e tecnologia, que acompanharam o crescimento da nossa receita líquida no período. Nos anos de 2020 e 2019, os custos dos serviços prestados representaram 50% e 54% da nossa receita líquida, respectivamente. Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$74 milhões em 2019, o que representou um aumento de R\$8 milhões ou 12%, devido aumento com custos de logística, transporte e tecnologia, que acompanharam o crescimento da nossa receita líquida no período, porém compensado pelo ganho de eficiência e custos unitários transacionais. Em 2019 e 2018, os custos dos serviços prestados representaram 54% e 66% da nossa receita líquida, respectivamente.

**Lucro bruto**

O lucro bruto da Companhia foi de R\$117 milhões, comparado com R\$64 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$54 milhões ou 84%. Em 2020 e 2019, o lucro bruto representou 50% e 46% da nossa receita líquida, respectivamente. Este aumento está em linha com aumento da receita e sinergias de custos. Em 2019, o lucro bruto foi de R\$64 milhões comparado com R\$34 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$30 milhões ou 87%. Lucro bruto representou 46% e 34% da receita líquida em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento de 38% da receita líquida, parcialmente compensado pelo aumento de 12% dos custos operacionais.

**Despesas comerciais**

As Despesas comerciais de 2020 foram de R\$16 milhões comparado com R\$11 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$5 milhões ou 46%. As despesas comerciais representaram 7% e 8% da receita líquida em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento foi impulsionado pelo aumento das despesas com marketing e vendas, relacionado com o aumento da operação da Companhia. As Despesas comerciais de 2019 foram de R\$11 milhões comparado com R\$1 milhão no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R\$10 milhões, impulsionado pelo aumento das despesas com marketing e vendas, devido aumento da operação da Companhia. As despesas comerciais representaram 8% e 1% da receita líquida em 2019 e 2018, respectivamente.

**Despesas administrativas**

As despesas administrativas totalizaram R\$101 milhões em 2020, comparado com R\$57 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$44 milhões ou 77%. As Despesas administrativas representaram 43% e 41% da receita líquida em 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da operação da Companhia, aumento da equipe de suporte técnico, em conjunto com a estruturação de novas áreas de governança a fim de suportar o plano de crescimento da Companhia. Em 2019, as despesas administrativas foram de R\$57 milhões comparado com R\$31 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$26 milhões ou 87%. As despesas administrativas representaram 41% e 30% da receita líquida em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento está relacionado a investimentos da Companhia em corpo diretivo de primeiro e segundo nível, expansão de duas equipes de novos negócios, focadas em *omnichannel* e *fintech*, além da expansão das operações logísticas e de B2B.

**Outras receitas (despesas) operacionais**

Outras receitas (despesas) operacionais de 2020 totalizaram uma receita de R\$4,7 milhões comparado com uma receita de R\$6,4 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$1,8 milhão ou 27%, relacionado com o reconhecimento de um crédito de R\$3,8 milhões da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. As outras receitas (despesas) operacionais de 2019 totalizaram uma receita de R\$6,4 milhões comparado com uma despesa de R\$0,9 milhão no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$7,3 milhões relacionado com o trânsito julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

**Resultado financeiro, líquido**

O Resultado financeiro líquido em 2020 foi uma despesa financeira líquida de R\$12 milhões, comparado com uma despesa financeira líquida de R\$8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R\$4 milhões ou 49%. Resultado financeiro líquido representou 5% e 6% da receita líquida em 2020 e 2019, respectivamente. Essa variação está relacionada com o aumento de R\$3 milhões na despesa financeira, relacionado principalmente com juros e despesas bancárias. O resultado financeiro líquido em 2019 foi uma despesa financeira líquida de R\$8 milhões, comparado com uma despesa financeira líquida de R\$4 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$4,6 milhões. O resultado financeiro líquido representou 6% e 4% da receita líquida nos exercícios em 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento relacionado principalmente com o efeito cumulativo da adoção do IFRS 16, nova regra contábil que passou a valer a partir de 2019, onde passamos a registrar juros sobre arrendamentos dentro da rubrica "despesa financeira".

**Prejuízo do exercício**

O prejuízo do exercício de 2020 foi de R\$6,5 milhões comparado com um prejuízo de R\$6,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$0,4 milhão, relacionado com o aumento do lucro operacional no período, compensado pelo impacto do resultado financeiro. O prejuízo do exercício de 2019 foi de R\$6,2 milhões comparado com R\$2,6 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$3,6 milhões, relacionado com o aumento do resultado operacional compensado pelo aumento do resultado financeiro líquido no período. A Companhia continua com foco no crescimento, investindo em unidades novas de negócio para continuar o crescimento acelerado de forma sustentável.

**Disponibilidades e Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$72 milhões de empréstimos e financiamentos, sendo R\$30 milhões com vencimentos menores que 12 meses e, R\$42 milhões com vencimentos de longo prazo. A Infracommerce terminou 2020 com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R\$67 milhões, posição confortável para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Em 31 de dezembro de 2019, o endividamento total da Companhia era de R\$16 milhões com vencimentos menores que 12 meses, e a posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$15 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento total da Companhia era de R\$628 mil, sendo R\$425 mil empréstimos com vencimentos menores que 12 meses e, R\$203 mil com vencimentos de longo prazo. A posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$9 milhões em 2018.

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos e (iii) aumentos pontuais de capital. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; (iii) exigências de pagamento de seu endividamento e (iv) pagamentos de fusões e aquisições recentes.

Relações com Investidores:

Avenida Dr. Cardoso de Melo 1855 - 15º andar | São Paulo - SP

investor@infracommerce.br

+55 11 3848 1313

continua →

☆ continuação

Balancos patrimoniais	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Ativo/Circulante</b>					231.494	157.547	106.254
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	-	67.250	15.308	9.040
Contas a receber	6	-	-	-	99.804	89.579	55.619
Adiantamentos de fornecedores	7	-	-	-	38.241	37.048	30.727
Impostos a recuperar	8	-	-	-	13.086	9.599	5.150
IR e CS a recuperar	-	-	-	-	5.752	3.630	2.908
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	761	705	431
Outras contas a receber	-	-	-	-	6.600	1.678	2.379
<b>Não circulante</b>	<b>59.038</b>	-	-	-	<b>189.408</b>	<b>83.199</b>	<b>21.519</b>
Impostos a recuperar	8	-	-	-	26.533	9.046	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-	70	175	11
Investimentos em coligadas	9.b	-	-	-	7.914	7.269	7.497
Investimentos em controladas	9.a 59.038	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	10	-	-	-	21.962	11.634	7.038
Intangível	11	-	-	-	106.011	25.189	6.973
Direito de uso	12	-	-	-	26.918	29.886	-
<b>Total do ativo</b>	<b>59.038</b>	-	-	-	<b>420.902</b>	<b>240.746</b>	<b>127.773</b>

Demonstrações dos resultados abrangentes	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2020	2019	2018	2019	2018
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>		2.700	(6.534)	(6.175)	(2.571)		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para resultado		-	-	-	-	-	-
Efeitos de conversão de moeda estrangeira	(43)	(43)	(37)	(50)			
<b>Resultados abrangente do exercício</b>	<b>2.657</b>	<b>(6.577)</b>	<b>(6.212)</b>	<b>(2.621)</b>			

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado**

Capital social	Reserva de capital	Lucros acumulados	Total do acervo líquido	Ajustes de conversão em controladas		Total do patrimônio líquido
				2020	2019	
Saldo em 1º/01/2018	-	-	21.210	-	-	21.210
Prejuízo do exercício	-	-	(2.571)	-	-	(2.571)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(50)	-	(50)
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	-	-	<b>(2.571)</b>	<b>(50)</b>	-	<b>(2.621)</b>
Contribuições dos acionistas	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	11.321	-	-	11.321
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	-	-	<b>29.960</b>	<b>(50)</b>	-	<b>29.910</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(6.175)	-	-	(6.175)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(37)	-	(37)
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	-	-	<b>(6.175)</b>	<b>(37)</b>	-	<b>(6.212)</b>
Contribuições dos acionistas	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	16.861	-	-	16.861
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	-	-	<b>40.646</b>	<b>(87)</b>	-	<b>40.559</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(6.534)	-	-	(6.534)
Ajuste de conversão em controladas	-	-	-	(43)	-	(43)
<b>Total de resultados abrangentes do exercício</b>	-	-	<b>(6.534)</b>	<b>(43)</b>	-	<b>(6.577)</b>
Contribuições dos acionistas	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	25.050	-	-	25.050
Movimento de acervo líquido	-	-	81.705	(25.373)	130	(59.162)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	-	-	<b>81.705</b>	<b>(25.373)</b>	-	<b>2.700</b>

**Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**1. Contexto operacional:** A Infracommerce CXaaS S.A. ("IFC" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, que foi constituída em 15/09/2020. A Companhia tem como objeto social a participação em sociedades de e-commerce e outros serviços relacionados ao comércio eletrônico. A Companhia se propõe a oferecer soluções digitais para marcas e indústrias liderarem suas jornadas de digitalização. A partir de um ecossistema digital *white label*, a Companhia apoia empresas em diferentes níveis de maturidade na jornada digital, contribuindo para que elas subam para o próximo nível de digitalização de seus negócios. Este ecossistema é composto por três grandes blocos: (i) tecnologia *omnichannel*; (ii) *fulfillment*; e (iii) *fintech*. Nossa tecnologia conta com um ecossistema centrado na experiência do usuário, a partir de soluções integradas e plataformas flexíveis de acordo com a necessidade de nossos clientes em cada um dos níveis de suas respectivas jornadas digitais. Nossas soluções digitais integradas oferecidas aos nossos clientes compreendem, mas não se limitam, as seguintes atividades: (i) Plataformas de e-commerce para B2C e B2B, com inteligência de vendas, soluções *omnichannel*, *social commerce* e *marketplace*; (ii) Um conjunto de soluções de inteligência logística dentro do nosso serviço de *fulfillment* ("fulfillment 3.0") composto por múltiplos centros de distribuição e *dark stores*, *tracking* de pedidos e gestão de fretes; (iii) Gestão de pagamentos por meio de nossa *fintech*, onde nossos clientes se beneficiam de um *gateway* de pagamento certificados pelo PCI, com gestão processo de contas a receber e financiamento comercial. Todos esses componentes fazem parte da oferta de soluções integradas para e-commerce, compondo o nosso ecossistema digital *white label*. **1.1 Impactos da COVID-19 em nossas atividades:** Com a disseminação da Covid-19 no início de 2020, os negócios e as atividades econômicas foram afetados em escala global. Nesse cenário de grandes incertezas, a Companhia instituiu um Comitê de Contingência interno para acompanhar a evolução da pandemia e tomar decisões importantes, com a definição de três prioridades: a saúde e segurança de nossos colaboradores, a continuidade da nossa operação e a manutenção de empregos. Dentro desses três pilares escolhidos para enfrentarmos a crise, a Companhia tem tomado as seguintes medidas de curto prazo: a) Todos os colaboradores do escritório e do *call center* passaram a trabalhar no modelo de Home Office a partir do dia 16/03/2020, sem data prevista para retorno ao escritório; b) Colaboradores da logística, onde a necessidade de manuseio dos produtos e mercadorias exige presença física, passaram a seguir um detalhado protocolo de segurança; c) A Companhia disponibilizou álcool em gel em todas as salas e corredores tanto no Centro de Distribuição (CD) como nos escritórios da Infracommerce; d) Foram instalados equipamentos para medição de temperatura de todos os profissionais antes de entrar no CD e no escritório; e) A Companhia instruiu que seus colaboradores não visitem o escritório exceto em caso estritamente necessário; f) A Companhia intensificou a atividade de limpeza do escritório e CD, mesmo com a redução do número de colaboradores, sempre com utilização de álcool em diversos formatos para garantir a higienização máxima das instalações. Além dessas medidas de curto prazo, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela COVID-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: a) Risco de continuidade operacional: a Companhia não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional. b) Contas a receber de clientes e provisão para perda esperada de créditos: as contas a receber da Companhia decorrente das vendas de produtos por e-commerce estão representadas principalmente por vendas financiadas por meio de operadoras de cartões de crédito. A Administração considera o risco de inadimplência baixo, pois nas vendas ao consumidor final é adotado procedimento pela Companhia processar os pedidos de vendas, somente após a aprovação e/ou confirmação do pagamento pelas operadoras de cartões de crédito ou quitação dos boletos bancários. c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - "impairment": a Companhia não identificou indicativos de *impairment* no período findo em 31/12/2020. O governo vem tomando medidas para conter a propagação do vírus desde a segunda quinzena de março de 2020. O isolamento social recomendado, o fechamento obrigatório das lojas e a consequente redução do consumo nas lojas físicas passou a ser amplamente adotado a partir de abril de 2020, e contribuiu para impulsionar as vendas on-line, alavancando a receita da Companhia e o número de usuários do serviço de e-commerce. Mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades, e o impacto negativo da pandemia na economia do país, a Administração da Companhia avaliou os efeitos subsequentes dessa crise, inclusive em suas projeções de resultados e geração de caixa, aplicando sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e não há efeitos adversos relevantes em suas operações que coloquem em dúvida sua continuidade operacional. A Companhia con-

Balancos patrimoniais	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Passivo/Circulante</b>					239.374	164.385	90.059
Fornecedores	13	6	-	-	161.171	115.696	71.218
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	843	4.464	574
Salários, encargos e provisão para férias	-	-	-	-	16.598	9.774	4.163
Impostos a pagar	-	-	-	-	8.081	6.740	6.608
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	30.262	15.833	425
Arrendamento	12	-	-	-	7.873	4.070	-
Mútuo a pagar para partes relacionadas	24	-	-	-	8.492	4.740	4.448
Contas a pagar pela combinação de negócios	16	-	-	-	6.000	-	-
Outras contas a pagar	17	-	-	-	54	3.068	2.623
<b>Não circulante</b>					<b>122.496</b>	<b>35.802</b>	<b>7.804</b>
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	41.647	-	203
Arrendamento	12	-	-	-	23.864	27.962	-
Contas a pagar pela combinação de negócios	16	-	-	-	22.964	-	-
Outras contas a pagar	17	-	-	-	26.645	-	-
Provisões para contingências	15	-	-	-	7.376	7.840	7.601
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>59.032</b>	-	-	-	<b>59.032</b>	<b>40.559</b>	<b>29.910</b>
Capital social	-	-	-	-	81.705	122.300	105.439
Reserva de capital	(25.373)	-	-	-	(25.373)	-	(75)
Lucros (prejuízos acumulados) acumulados	2.700	-	-	-	2.700	(81.741)	(75.454)
<b>Total do passivo e do patrimônio/acervo líquido</b>	<b>59.038</b>	-	-	-	<b>420.902</b>	<b>240.746</b>	<b>127.773</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	Controladora			Consolidado		
		2020	2019	2018	2020	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Prejuízo do exercício	2.700	-	-	-	(6.534)	(6.175)	(2.571)
Ajustes para: Depreciação de imobilizado	10	-	-	-	2.493	1.125	880
Amortização de intangível	11	-	-	-	5.356	2.347	756
Depreciação do direito de uso	12	-	-	-	6.484	4.416	-
Juros sobre arrendamentos	12	-	-	-	3.285	2.234	-
Resultado na venda de ativo imobilizado	10	-	-	-	-	-	3
Resultado de equivalência patrimonial, líquido de impostos	9	(2.706)	-	-	(688)	191	395
(Reversões) provisões para contingências	15	-	-	-	(1.221)	239	728
Juros sobre empréstimos	14	-	-	-	1.005	257	-
Créditos de impostos	8	-	-	-	-	(4.055)	-
Outros	-	-	-	-	302	-	280
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(6)</b>	-	-	-	<b>10.482</b>	<b>579</b>	<b>471</b>
Contas a receber	-	-	-	-	(9.249)	(33.960)	(28.521)
Adiantamentos de fornecedores	-	-	-	-	(1.032)	(6.321)	(14.647)
IR e CS e outros impostos a recuperar	-	-	-	-	(23.071)	(10.162)	(3.447)
Outras contas a receber	-	-	-	-	(4.922)	701	(1.805)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-	(56)	(274)	238
Depósitos judiciais	-	-	-	-	113	(164)	(11)
Fornecedores	6	-	-	-	44.105	44.478	33.737
Adiantamento de clientes	-	-	-	-	(3.650)	3.890	(1.701)
Salários, encargos e provisão para férias	-	-	-	-	6.353	5.611	(225)
Impostos a pagar	-	-	-	-	(123)	132	3.889
Outras contas a pagar	-	-	-	-	23.402	444	710
Pagamento de contingências	-	-	-	-	-	-	(36)
<b>Caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.352</b>	<b>4.954</b>	<b>(11.348)</b>
<b>Outros fluxos de caixa de atividades operacionais</b>							
Juros pagos sobre arrendamentos	12	-	-	-	(3.285)	(2.234)	-
Juros pagos sobre empréstimos	14	-	-	-	(970)	(210)	(40)
<b>Fluxo de caixa gerado das (usado nas) atividades operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.097</b>	<b>2.510</b>	<b>(11.388)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>							
Aquisição de imobilizado	10	-	-	-	(11.671)	(5.721)	(1.464)
Aquisição de intangível	11	-	-	-	(30.773)	(20.563)	(2.652)
Aquisição de subsidiária, líquida de caixa adquirido	2.1	-	-	-	(23.114)	-	-
Aquisição de participação em não controlada	-	-	-	-	-	-	(8.697)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(65.558)</b>	<b>(26.284)</b>	<b>(12.813)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>							
Aumento de capital	-	-	-	-	25.050	-	-
Recursos provenientes de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	16.861	11.321	-
Captação de empréstimos e financiamentos	14	-	-	-	80.000	17.884	910
Pagamento de principal de empréstimos	14	-	-	-	(26.007)	(2.726)	(242)
Captação de mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	5.149	8.716	-
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	-	-	-	-	(1.397)	(8.424)	-
Pagamento de principal de arrendamentos	12	-	-	-	(3.392)	(2.269)	-
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.403</b>	<b>30.042</b>	<b>11.989</b>
<b>Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.942</b>	<b>6.268</b>	<b>(12.212)</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	-	-	-	-	15.308	9.040	21.252
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	-	-	-	-	67.250	15.308	9.040
<b>Aumento líquido (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>51.942</b>	<b>6.268</b>	<b>(12.212)</b>

**Demonstrações do valor adicionado**

Receitas	Controladora			Consolidado		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Receita bruta	-	-	-	247.428	146.294	104.090
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>						
Custo dos serviços de terceiros e outros	(6)	-	-	(43.718)	(18.511)	(15.664)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(6)</b>	-	-	<b>203.710</b>	<b>127.783</b>	<b>88.426</b>
Depreciação e amortização do exercício	-	-	-	(13.899)	(8.166)	(1.716)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(6)</b>	-	-	<b>189.811</b>	<b>119.617</b>	<b>86.710</b>
Receitas financeiras e variações cambiais	-	-	-	935	1.255	823
Resultado de equivalência patrimonial	2.706	-	-	688	(191)	(495)
<b>Valor adicional total a distribuir</b>	<b>2.700</b>	-	-	<b>191.434</b>	<b>120.681</b>	<b>87.038</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
<b>Pessoal</b>						
Remuneração direta	-	-	-	63.007	49.905	31.306
Benefícios	-	-	-	18.342	14.687	8.398
F.G.T.S	-	-	-	3.864	2.773	2.130
Outros	-	-	-	12.336	7.239	5.501
<b>Impostos</b>						

☆ **continuação**

**2.1 Aquisição de subsidiárias e participações não controladoras: i) Aquisição de subsidiárias:** Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. A consideração transferida na aquisição é geralmente medida no valor justo, assim como os ativos líquidos adquiridos e os passivos assumidos. Todo o ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura é testado anualmente para fins impairment. Os custos da transação são registrados conforme ocorrem diretamente na demonstração do resultado, exceto se relacionado à emissão de dívidas ou ações. Contraprestação contingente serão consideradas dependendo do atingimento de metas dentro de um período fixo. As estimativas de desempenho futuro são necessárias para calcular as obrigações no momento da aquisição e em cada data de relatório subsequente. Além disso, estimativas são necessárias para avaliar os ativos e passivos adquiridos em combinações de negócios. Ativos intangíveis, como carteira de clientes, são comumente parte essencial de um negócio adquirido, pois nos permitem obter mais valor do que seria possível. **Mensuração do valor justo:** Na mensuração do valor justo, foram utilizadas técnicas de valoração considerando preços de mercado para ativos semelhantes, fluxo de caixa descontado, entre outros. Por se tratar de uma mensuração preliminar do valor justo, se novas informações obtidas no prazo de um ano, a contar da data de aquisição, sobre os fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, indiquem ajustes nos valores acima mencionados, ou qualquer provisão adicional que existisse na data da aquisição, a contabilização da aquisição será revisada. A expectativa da administração é que apenas medições de intangíveis possam ter algum impacto em relação a esta avaliação preliminar. Em 23/12/2020, a subsidiária IFC Ltda. adquiriu 100% das ações da Pier 8 Serviços e Varejo Ltda., e da Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda., em conjunto "Pier 8". A Pier 8 é uma provedora brasileira de serviços de marketing e logística para e-commerce, incluindo soluções multiplataforma, *business intelligence* de atendimento ao cliente, operação de armazenamento, gestão de transporte e omnichannel, semelhantes ou complementares aos prestados pelo Grupo, porém atendendo a um base de clientes de médio porte. A aquisição proporciona ao Grupo maior escala, sinergias de custos e receitas, acesso a uma base de clientes menores e uma equipe qualificada. O Grupo entende que o *core business* da Pier 8 e do Grupo são similares, reduzindo significativamente os riscos operacionais e permitindo uma expansão mais rápida da rede logística, além dos benefícios listados acima. O preço fixo de aquisição foi de R\$ 41.190, a ser liquidado nos termos e condições constantes do instrumento de aquisição, conforme demonstrado a seguir. O preço fixo será pago em quatro parcelas, conforme segue: (i) R\$ 23.190 pagos em 29/12/2020; (ii) R\$ 6.000 após 6 meses da data de fechamento; (iii) R\$ 6.000 após 12 meses da data de fechamento; e (iv) R\$ 6.000 após 18 meses da data de fechamento. **Impactos no fluxo de caixa:** O total pago até 31/12/2020 foi de R\$23.190. O total apresentado nas demonstrações combinadas de fluxo de caixa é o valor pago líquido do caixa da companhia adquirida (R\$ 76), tendo assim um efeito de R\$ 23.114. Os principais acionistas e executivos da Pier 8 continuarão no comando das operações por pelo menos um ano e terão direito a um valor adicional (*Earn-out*) de acordo com o desempenho da Pier 8 em 2021. O valor do *earn-out* depende diretamente da receita e rentabilidade da empresa e é previsto entre R\$ 0 e R\$ 30.000. O valor justo desta contraprestação contingente, estimado e registrado pela Companhia, é de R\$ 23.000. A base para determinar o valor a pagar foram as projeções de receita e rentabilidade para 2021, a mesma utilizada para apurar o fluxo de caixa descontado da combinação de negócios. O Grupo estima que o cumprimento do plano estratégico aprovado vai chegar na faixa em que o Grupo deverá pagar R\$ 23.000. Há uma condição para que todos os ex-acionistas permaneçam na Pier 8 até 31/12/2021 como executivos ou prestando serviços como consultores. Se algum deles deixar a Pier 8 ou parar de prestar serviços à Pier 8, será aplicado um desconto ao cálculo do *earn out* da seguinte forma: - 50% se algum deles deixar a Pier 8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31/03/2021; - 40% se algum deles deixar a Pier 8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31/05/2021; - 30% se algum deles deixar a Pier 8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31/07/2021; - 20% se algum deles deixar a Pier 8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 30/09/2021; e - 10% se algum deles deixar a Pier 8 ou interromper a prestação de serviços para a Pier 8 até 31/12/2021. Parte do *earn out* está relacionada à remuneração a ser paga aos ex-proprietários da adquirida para que prestem serviços à Pier 8 durante esse período, já que o *earn out* será parcialmente perdido no caso de algum deles sair ou deixar de prestar serviços à Pier 8 como descrito acima. Então, a Companhia considerou, nos termos do IFRS 3, o montante de R\$ 11.500 desta contraprestação contingente a ser reconhecida como parte da combinação de negócios e R\$ 11.500 como transação separada representada pela remuneração por serviços pós-combinação, a ser reconhecido como custo de remuneração durante o período de 1/01/2021 a 31/12/2021, numa base mensal.

**a. Contraprestação transferida:** Valor fixo  
Contraprestação contingente  
**Total de contraprestação transferida**

41.190  
10.964  
**52.154**

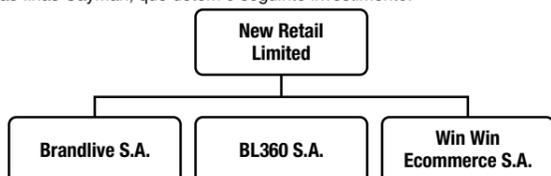
**b. Ativos identificados e passivos assumidos:** A Companhia apresentou a alocação do valor justo em 2020 como segue:

<b>Grupo Pier 8 - Consolidado</b>	
<b>23/12/2020</b>	
Ativos	12.609
Passivos	(10.630)
<b>Valor líquido dos ativos identificados</b>	<b>1.979</b>
<b>Na data de aquisição</b>	
Caixa e equivalente de caixa	76
Contas a receber	976
Outros ativos	194
Intangível (a)	5.188
Direito de uso	5.024
Imobilizado	1.151
Fornecedores	(1.370)
Arrendamentos	(5.024)
Empréstimos e financiamentos	(2.047)
Outros passivos	(2.189)
<b>Valor líquido de ativos assumidos (i)</b>	<b>1.979</b>

(i) Como a empresa adquiriu 100% dos direitos de voto, está sob o controle da empresa a incorporação das operações no futuro. A Companhia pretende realizar a incorporação das operações para aproveitar o benefício fiscal decorrente dessa operação. Portanto, por este motivo, nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido. As demonstrações de resultados consolidadas incluem, desde a respectiva data de aquisição, receitas líquidas e lucros não significativos das subsidiárias devido ao fato da data de aquisição ter sido próxima do fim do exercício. Caso as subsidiárias adquiridas fossem consolidadas desde 1º/01/2020, a demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31/12/2020 teria uma receita líquida de R\$ 265.878 e prejuízo de R\$ 9.645. **c. Ágio:** O valor justo na data de aquisição do ágio preliminar consiste de:

Contraprestação transferida 52.154  
Valor líquido dos ativos adquiridos a valor justo (a) 1.979  
**Ágio - Nota 11** **50.175**

O ágio apurado na aquisição totaliza R\$ 50.175, que compreende o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio líquido das empresas adquiridas. O ágio é atribuível principalmente às habilidades e relacionamento com os clientes que as empresas adquiridas têm no mercado de médio porte e as sinergias que se espera obter com a integração das empresas nos negócios do Grupo. (a) A técnica de avaliação usada para mensurar o valor justo do principal ativo adquirido, que é a carteira de os clientes, segue o método de excedente de lucro de vários períodos. Este método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que se espera que sejam gerados pela relação com os clientes, excluindo quaisquer fluxos de caixa relacionados com ativos contributivos. **ii) Aquisição de participação em não controladas:** Em junho de 2018, a entidade Infracommerce LLC adquiriu 21,44% de participação na New Retail Limited (investimento este que foi contribuído pela Infracommerce LLC como investimento para a Infracommerce CXaaS S.A., conforme nota 1.2), empresa com sede nas Ilhas Cayman, que detém o seguinte investimento:



O preço de aquisição foi de US\$ 2.115 mil (equivalente a R\$ 7.942), a ser liquidado de acordo com os termos e condições previstos no instrumento de

compra, conforme segue: i) O valor de US\$ 100 mil (R\$ 385) a pagar em dinheiro em até 30 dias a partir da data do contrato; ii) Nota promissória à vista, no valor de US\$ 500 mil (R\$ 1.927), emitida pelo comprador a favor da New Retail; iii) Uma segunda nota promissória com vencimento em 10/07/2018 no valor de US\$ 1.015 mil (R\$ 3.903) emitida pelo comprador em favor da New Retail; iv) Cessão de crédito decorrente do empréstimo no valor de US\$ 500 mil (R\$ 1.927) concedido à Brandlive S.A. **Opção de Compra (Call Option):** Conforme mencionado no instrumento de compra, a Companhia possui a opção de compra das ações remanescentes, a qual segue as regras abaixo para que as mesmas possam ser exercidas: - Se a opção de compra for exercida em ou antes de 31/12/2019, o preço por ação será igual ao valor obtido pela divisão do maior dos seguintes valores, pelo número total de ações emitidas e em circulação na data em que a opção de compra é exercida: (i) valor *pre-money* de US\$ 29.700 mil; (ii) múltiplo de 15 vezes o EBITDA da investida; - Se a opção de compra for exercida após 31/12/2019, mas em ou antes de 31/12/2020, o preço por ação será igual ao valor obtido pela divisão do maior dos seguintes valores, pelo número total de ações emitidas e em circulação na data em que a opção de compra é exercida: (i) valor *pre-money* de US\$40.000 mil; (ii) múltiplo de 10 vezes o EBITDA da investida; - Se a opção de compra for exercida após 31/12/2020, mas em ou antes de 31/12/2021, o preço por ação será igual ao valor obtido pela divisão do maior dos seguintes valores, pelo número total de ações emitidas e em circulação na data em que a opção de compra é exercida: (i) valor *pre-money* de US\$ 60.000 mil; (ii) múltiplo de 10 vezes o EBITDA da investida; - Por um período de 5 anos após o exercício da opção de compra (acima), a Companhia terá uma segunda opção de compra. O preço de compra será igual ao valor obtido pela divisão do maior dos seguintes valores, pelo número total de ações emitidas e em circulação na data em que a opção de compra é exercida: (i) valor *pre-money* de US\$ 100.000 mil; (ii) múltiplo de 10 vezes o EBITDA da investida; A opção de compra foi considerada pela empresa como fora do dinheiro (*out-of-the-money* - OTM) e, portanto, o valor justo das opções de compra foi avaliado como 0 (zero) para todos os períodos desde a data de aquisição (junho de 2018, 31/12/2018, 2019 e 2020). Desta forma, nenhum valor foi registrado como instrumento financeiro relacionado à opção de compra. A Companhia concluiu que há influência significativa sobre sua participação não controladora, porém nenhum controle sobre a investida. **3. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As informações relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 1/03/2021. A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é exigida pela Legislação Societária Brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. IFRS não requer a apresentação desta demonstração. Desta forma, para efeitos do IFRS, esta demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **a) Base de preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia antes da reestruturação societária (nota 1.2):** Conforme mencionado no tópico acima 1.2, a Infracommerce CXaaS S.A. foi criada em setembro de 2020 com o intuito de ser a controladora final que consolidará todas as empresas do Grupo. Com isso, após a sua criação a Companhia recebeu da Infracommerce LLC contribuição de todos investimentos das empresas operacionais do Grupo (nota 2). Como todas as empresas do grupo listadas na nota 2 estavam sob controle e administração comuns, as demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas como se a reorganização societária, portanto a criação da Infracommerce CXaaS S.A., tivesse ocorrida em 1º/01/2018, para refletir o lucro (prejuízo), outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo. Em 31/12/2020, a Companhia detém 100% das ações das entidades conforme listado na nota 2. Como tal, seus efeitos estão sendo apresentados de forma comparativa para todos os exercício apresentados. As demonstrações financeiras individuais incluem lançamentos para refletir a equivalência patrimonial das investidas enquanto as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas como se a Infracommerce CXaaS S.A. fosse controladora de toda as entidades listadas na nota 2 desde 1/01/2020. **b) Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais da Companhia em 31/12/2020:** A Companhia, que individualmente é a controladora das empresas listadas na nota 2, teve transações limitadas desde sua constituição em setembro de 2020, tendo como principais transações a reestruturação societária mencionada na nota explicativa 1.2. Sendo assim, seu principal resultado individual ocorre pelo reconhecimento de equivalência patrimonial nas empresas listadas na nota 2. A prática contábil do custo precedente não se aplica para as demonstrações financeiras individuais, portanto, respeitando os requerimentos regulatórios à Companhia individual ("Controladora"), sua apresentação contábil para o exercício findo em 31/12/2020 está demonstrada nas notas abaixo. **c) Reconciliação do resultado da Controladora e resultado da Companhia Consolidado:**

**Lucro líquido do exercício - Infracommerce CXaaS S.A. - Controladora** **2.700**  
Resultado consolidado das empresas listadas na nota 2 - Consolidado até 15/09/2020 (9.234)  
**(-) Prejuízo líquido do exercício - Infracommerce CXaaS S.A. - Consolidado** **(6.534)**

**3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A tabela a seguir apresenta a moeda funcional de cada empresa do grupo:

<b>Companhia</b>	<b>Moeda funcional</b>
IFC CXaaS	Real Brasileiro
IFC Ltda.	Real Brasileiro
Inframedia	Real Brasileiro
IFC Varejo	Real Brasileiro
IFC MEX	Peso Mexicano
IFS Ltda.	Real Brasileiro
Finago	Real Brasileiro
Pier 8	Real Brasileiro
Armazem	Real Brasileiro
New Retail	Peso Argentino

**3.2 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 19** - receita de comissão: determinação quando a Companhia atua como agente na transação; **Nota 12** - prazo do arrendamento: se a Companhia tiver razoável certeza de exercer as opções de extensão. **Nota 2.1** - aquisição de controlada: pagamentos a ex-proprietários da adquirida. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota 2.1** - aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória; **Nota 11** - teste de impairment do investimento: principais premissas para recuperação de valores; **Mensuração do valor justo:** Algumas das políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a mensuração do valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, o Grupo usa dados de mercado observáveis,

sempre que possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Se os *inputs* usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo se enquadram em níveis diferentes da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como o menor nível de entrada que seja significativo para toda a mensuração. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: - **Nota 2.1** - aquisição de subsidiária. **4. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras consolidadas, a menos que esteja mencionado de outra forma. **4.1 Base de consolidação:** (i) **Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuem, significativamente, para a capacidade de gerar output. A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relação pré-existent. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são registradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. (ii) **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, aos retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os investimentos nas controladas são reconhecidos utilizando o método de equivalência patrimonial. (iii) **Participação de acionistas em coligadas:** Os investimentos da Companhia para não-controladores compreendem as participações em controladas e subsidiárias. As coligadas são as entidades em que a Companhia, direta ou indiretamente, tem influência significativa, mas não controla ou controla conjuntamente, sobre políticas financeiras operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. (iv) **Transações eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras:** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **4.2 Moeda estrangeira:** (i) **Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. (ii) **Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado da alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que incluía uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. As taxas de câmbio em Reais em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

	<b>Taxa de fechamento</b>		
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Dólar Americano ("US\$")	5,1961	4,0307	3,8748
		0,213	
Peso Mexicano ("MXN\$")	0,2608	4	0,1972
Peso Argentino ("ARS\$")	0,0617	0,0670	0,1010

**4.3 Receitas de contratos com clientes:** As receitas de vendas compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável. O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma determinada receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Assim, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços do cliente. Determinar o momento da transferência de controle - em um determinado momento ou ao longo do tempo - requer julgamento. **Receita de serviços:** As receitas de serviços da Companhia compreendem toda gestão de *e-commerce* de seus clientes, incluindo, mas não se limitando à gestão de plataformas, gestão comercial, gestão de carteira de clientes, gestão logística e transporte, gestão do atendimento ao cliente e aos consumidores finais, registro de produtos e produção de conteúdo, gestão de mídia digital e gerenciamento de projetos digitais. Há principalmente dois fluxos de receita que a Companhia segrega suas receitas: (i) receita de serviços (comissão) relacionados à venda de produtos dos clientes, que podem envolver um ou uma combinação de serviços prestados pela Companhia, mas sempre vinculados à venda do produto do cliente - a receita mais significativa da Companhia, e (ii) receita de outros serviços. (i) Para a receita de serviços relacionados à venda de produtos de seus clientes, a Companhia atua como um agente nos contratos firmados com seus clientes, nas transações que envolvem a venda de produtos do cliente, conforme CPC 47/IFRS 15. Como resultado da intermediação e prestação dos serviços a Companhia cobra uma comissão. Embora possa envolver serviços combinados, a obrigação de desempenho será cumprida com a venda de mercadorias do cliente, quando o produto do cliente é entregue ao consumidor final e o recebimento deste produto é aceito (em um momento específico - *at a point time*). **continua** ☆

—☆ continuação

Principais pontos do contrato: (i) serviços que farão parte do escopo contratado do Cliente, como por exemplo, tecnologia omnichannel, fulfillment e fintech; (ii) a comissão que será cobrada ao aplicar o percentual sobre cada produto vendido no website do cliente ao consumidor final. Este percentual varia de acordo com a quantidade de serviços contratados; e (iii) condições de pagamento e transferência de recebimentos dos produtos vendidos (GMV). (ii) Outros serviços, que não estão vinculados ao serviço de gestão logística e de transportes dos produtos do cliente, são reconhecidos quando o valor de receita pode ser estimado de forma confiável, os prováveis benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia, e a etapa de conclusão da transação no final do período de relatórios pode ser mensurada de forma confiável, bem como quando seu valor e custos puderem ser mensurados confiavelmente. Os preços dos serviços são estabelecidos com base em ordens de serviços ou contratos. Todos os serviços são prestados em um curto período de tempo, principalmente dentro de um mês.

**4.4 Adiantamento de fornecedores:** Os acordos com os clientes deixam claro que mesmo que a Companhia compre/gerencie os produtos do cliente não há risco nem benefícios para a Companhia, uma vez que pode ser devolvido a qualquer momento em caso de término das operações e a Companhia não tem o poder para definir o preço e quantidade dos produtos do cliente, que são vendidos exclusivamente nos sites de seus clientes. No entanto, a Companhia entende que contratualmente a operação e o serviço para o cliente equivalem a atuar como um agente na transação, conforme explicado na nota 4.3. Como consequência, o “adiantamento de fornecedores” é reconhecido ao custo de aquisição das notas fiscais emitidas pelo fornecedor de mercadorias, que também é cliente da Companhia, neste caso, contra a conta de “fornecedores”. A Companhia possui os direitos legais sobre o “adiantamento de fornecedores” que somente é liquidado pelo custo de aquisição quando o produto do cliente é vendido e entregue ao consumidor final, e “fornecedores” são liquidados somente quando a Companhia recebe o valor do consumidor final pela venda.

**4.5 Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

**4.6 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: - rendimentos de juros; - despesa com juros; e - ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos e contraprestação contingente. A receita ou despesa com juros é reconhecida utilizando o método de juros efetivos. A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados através da vida esperada do instrumento financeiro para: - o custo amortizado do passivo financeiro. **4.7 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A Companhia determinou que os juros e as penalidades relativas ao imposto de renda e à contribuição social, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados nos termos do CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se determinados critérios forem atendidos. **4.8 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os itens do imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos implementados, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizado como parte do custo de outro ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, como vidas úteis e quantidade residual, são revisados no final de cada ano, ou quando há mudanças significativas sem um padrão esperado, como em casos específicos relevantes e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como alterações nas estimativas contábeis, de acordo com a necessidade. A depreciação é calculada linearmente sobre a vida útil estimada dos ativos, como segue:

Anos	
5	Benfeitorias em imóveis de terceiros
10	Máquinas, equipamentos e instalações
5	Equipamentos de informática
5	Veículos
10	Móveis e utensílios

**4.9 Ativos intangíveis e ágio: (i) Reconhecimento e Mensuração: Ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Plataforma:** Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Amortização:** A amortização é calculada para abater os custos dos ativos intangíveis, líquido dos seus valores residuais estimados, usando o método linear sobre a vida útil estimada, e é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Para as plataformas e carteira de clientes a vida útil utilizada é de 5 anos.

**4.10 Instrumentos Financeiros: (i) Reconhecimento e medição inicial:** As contas a receber dos clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja o conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente medido a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são inicialmente mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente - ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a menos que o Grupo mude seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado

se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; - como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e - a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. **(iii) Classificação e mensuração subsequente - ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principais e juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa: - termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos. O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(iv) Classificação e medição subsequente - passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(v) Desreconhecimento - ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; Ou - transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(vi) Compensações:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vii) Valor recuperável (Impairment) dos ativos financeiros:** A Companhia aplica o método simplificado para avaliar se reconhece uma perda de crédito esperada para os ativos financeiros. A Companhia avalia se existe uma perda histórica de crédito para aplicar a matriz de provisionamento com base nos dados históricos de perda de crédito e nos recebíveis vencidos. Os únicos ativos financeiros sujeitos à análise de valor recuperável são os saldos de contas a receber de clientes, que são liquidados principalmente por meio de cartões de crédito, com a maioria das contas a receber recebido após o processamento de transações com cartão de crédito. Os montantes dos ativos financeiros representam a exposição máxima ao crédito. Por essa razão, a partir de 31/12/2018, 2019 e 2020, a Companhia não havia reconhecido nenhuma perda de crédito esperada para os ativos financeiros. Além disso, a taxa histórica de perdas da Companhia não é significativa, não há inadimplência financeira significativa, e não se espera perdas significativas com base no modelo negócio operacional da Companhia. **(viii) Valor recuperável (Impairment) de ativos não-financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. O ágio é testado anualmente para o valor recuperável. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **4.11 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. A Companhia possui diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de fiscalizações ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4.12 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **(iii) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de

arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. . Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que os de bens e equipamentos. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: - pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; e - valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **Arrendamento de ativos de baixo valor:** A Companhia optou por não reconhecer o direito de uso de arrendamentos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamentos como uma despesa linear ao prazo do uso do ativo. **4.13 Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. Algumas das políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **4.14 Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:** (i) o lucro atribuível aos acionistas da empresa, excluindo quaisquer custos de manutenção de ações que não sejam ações ordinárias; e (ii) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustadas por um componente de bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano, ações planejadas a serem emitidas na formação do novo veículo com a oferta pública de ações, excluindo ações em tesouraria. **4.15 Novas normas e interpretações adotadas a partir de 1º/01/2020:** A Companhia aprovou inicialmente alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre a definição de negócios em 1º/01/2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º/01/2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: - Concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16); - Imobilizado: Receita antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16); - Classificação de Passivos em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1); **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2020	2019	2018
Caixa e bancos	4.040	2.685	209
Aplicações financeiras	63.210	12.623	8.831
	<b>67.250</b>	<b>15.308</b>	<b>9.040</b>

Caixa e equivalentes de caixa são quaisquer títulos de curto prazo com prazos de vencimento de 90 dias ou menos. A Administração da Companhia define “Caixa e equivalentes de caixa” como valores mantidos com o objetivo de cumprir compromissos financeiros de curto prazo, ao invés de investimentos ou outros fins. As aplicações financeiras são facilmente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a riscos significativos de variação de valor, e são registrados a valores de custo mais rendimento acumulado até datas de balanço não superior ao valor de mercado ou realização. Referem-se a investimentos em Certificados de Depósito Bancário (CDB), reajustados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, remunerado a uma taxa anual média de 2,75% a.a. em 2020 (5,97% a.a. em 2019 e 6,40% a.a. em 2018). A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros e passivos são divulgadas na nota explicativa 23. **6. Contas a receber:** Contas a receber de operadoras de cartão de crédito (i)

	2020	2019	2018
Contas a receber de operadoras de cartão de crédito (i)	38.730	35.865	24.165
Contas da receber de clientes (ii)	61.074	53.714	31.454
	<b>99.804</b>	<b>89.579</b>	<b>55.619</b>

(i) Correspondem às contas a receber das vendas através de cartão de crédito, que a Companhia recebe em montantes, prazos e parcelas definidas no momento da venda dos produtos dos clientes. Esse valor corresponde a Venda Bruta de Mercadoria (GMV) referente as vendas da Companhia sobre os produtos dos clientes. A Companhia realizou antecipação de cartões durante o ano de 2020 o montante de R\$ 139.726 (R\$ 136.371 em 2019 e R\$ 27.291 em 2018), onde transfere para as operadoras de cartão de crédito e instituições financeiras, todos os riscos de recebimento dos consumidores e, assim, liquidou o contas a receber destes créditos. (ii) O contas a receber dos clientes, correspondem ao rebalanceamento da margem em que o produto do cliente foi vendido no site para o consumidor final por um preço abaixo do negociado na formação da margem do produto quando da negociação entre a Companhia e o cliente. Como os contratos garantem a margem da Companhia, visto que a Companhia atua como agente na operação, então a margem é sempre rebalanceada mensalmente. Conforme mencionado na nota 23, este valor é liquidado contra a conta de “fornecedores”, onde a Companhia possui os valores a pagar para os respectivos fornecedores. As contas a receber da Companhia são apresentadas juntamente com os valores em aberto de Venda Bruta de Mercadoria (GMV) e a Companhia retém os valores relativos às comissões. Dessa forma, em geral, a diferença entre o valor que a Companhia recebe com a venda dos produtos dos clientes e o valor que a Companhia paga aos fornecedores é o valor efetivo referente à comissão da Companhia devido aos serviços que a Companhia fornece atuando como um agente da transação. **7. Adiantamento de fornecedores:**

	2020	2019	2018
Adiantamento de fornecedores (i)	38.241	37.048	30.727
	<b>38.241</b>	<b>37.048</b>	<b>30.727</b>

(i) Corresponde ao saldo de mercadorias dos clientes, do qual a Companhia atua como agente na transação, conforme explicado na nota 4.4.



—☆ continuação

em relação a esses itens, pois a Companhia não tem histórico de lucros e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo de viabilidade técnica, o que permitiria o registro de ativos fiscais diferidos conforme exigido pela norma contábil. **23. Instrumentos financeiros:** A Companhia tem operações de instrumentos financeiros. Esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias operacionais e controles internos com o objetivo de garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de

controle consiste no monitoramento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não faz investimentos especulativos em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias definidas pela gestão da Companhia. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, sobre cada um dos riscos acima e processos de medição e gestão de riscos.

Categorias de Instrumentos Financeiros		2020		2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	67.250	67.250	15.308	15.308	9.040	9.040
Contas a receber	Custo Amortizado	99.804	99.804	89.579	89.579	55.619	55.619
Adiantamentos a fornecedores	Custo Amortizado	38.241	38.241	37.048	37.048	30.727	30.727
Outras contas a receber	Custo Amortizado	6.700	6.700	1.678	1.678	2.379	2.379
<b>Total</b>		<b>211.995</b>	<b>211.995</b>	<b>143.613</b>	<b>143.613</b>	<b>97.765</b>	<b>97.765</b>

Categorias de Instrumentos Financeiros		2020		2019		2018	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	Outros Passivos Financeiros	161.171	161.171	115.696	115.696	71.218	71.218
Adiantamentos de clientes	Outros Passivos Financeiros	669	669	4.464	4.464	574	574
Empréstimos e financiamentos	Outros Passivos Financeiros	71.909	71.909	15.833	15.833	628	628
Arrendamentos	Outros Passivos Financeiros	31.737	31.737	32.032	32.032	-	-
Contas a pagar pela combinação de negócios	VJORA	28.964	28.964	-	-	-	-
Outras contas a pagar	Outros Passivos Financeiros	26.699	26.699	3.068	3.068	2.623	2.623
<b>Total</b>		<b>321.323</b>	<b>321.323</b>	<b>171.093</b>	<b>171.093</b>	<b>75.043</b>	<b>75.043</b>

**Cálculo do Valor Justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é medido ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo com base nas informações de menor nível que são significativas para a medição do valor justo como um todo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) nos mercados para ativos ou passivos idênticos; Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa com desconto para medição. Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais o menor e significativo nível de informação para medir o valor justo é inobservável. A medição dos ativos e passivos da Companhia é demonstrada abaixo:

Categorias de Instrumentos Financeiros	Classificação	2020	2019	2018	Nível
Contas a pagar pela combinação de negócios (nota 2.1)	VJORA	10.964	-	-	3
<b>Total</b>		<b>10.964</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

A avaliação da contraprestação contingente a pagar considera o valor presente do pagamento esperado, descontado por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando os cenários prováveis para previsão de receita e EBITDA, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de cada cenário. Os inputs significativos inobserváveis são a previsão para a taxa de crescimento anual da receita, a previsão para a margem EBITDA e a taxa de desconto ajustada ao risco de 10,67%. **Análise de Sensibilidade - valor justo - Nível 3:** Para os valores justos da consideração contingente, mudanças razoavelmente possíveis na data de relatórios relacionadas às métricas de *earn out*, mantendo outros insumos constantes, teriam e aumentariam o efeito de R\$3.500 ou um efeito de diminuição de R\$3.000. **Gerenciamento de Capital de Risco:** Os objetivos da Companhia por meio da gestão de capital são salvaguardar a capacidade da Companhia em honrar seus compromissos, a fim de oferecer retorno aos acionistas e beneficiários da Companhia as demais partes relacionadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo e maximizar seus fundos. A estrutura de capital da Companhia compreende em passivos financeiros e caixa e equivalentes de caixa. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital, bem como monitora, em tempo hábil, o prazo médio de pagamento em relação ao prazo médio de recebimento, tomando ações imediatas para gerir o capital de giro. **Risco de Liquidez:** A Gestão Financeira da Companhia tem a responsabilidade pela gestão do risco de liquidez e prepara um modelo adequado de gestão de riscos de liquidez para gerenciar os financiamentos e a gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa estimados e reais, a combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros e passivos e a manutenção de um relacionamento próximo com as instituições financeiras, com divulgação regular de informações para apoiar decisões de crédito quando são necessários fundos externos. O vencimento contratual baseia-se na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as obrigações relacionadas:

	2020	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - aumento de 25%	Cenário III - aumento de 50%	Cenário II - redução de 25%	Cenário III - redução de 50%
Aplicação financeira	63.210	Redução	663	829	995	498	332
Empréstimos (i)	(56.769)	Aumento	(538)	(673)	(807)	(403)	(269)
<b>Impacto no resultado</b>	<b>6.441</b>	-	<b>125</b>	<b>156</b>	<b>188</b>	<b>95</b>	<b>63</b>

(i) Esse valor representa o saldo de empréstimos exposto a um risco de taxa de juros (CDI). O saldo remanescente não está exposto a um risco de taxa de juros considerando que é uma taxa fixa.

24. Partes relacionadas:	2020	2019	2018
Infracommerce LLC	8.592	4.740	4.448
	<b>8.592</b>	<b>4.740</b>	<b>4.448</b>

Os mútuos entre as empresas do grupo são firmados em moeda estrangeira (US dólar), sendo que possuem uma taxa variável de juros ficando entre 1% e 2% a.a. e o prazo dos contratos dos mútuos são de 1 ano, sendo renovados automaticamente. **Remuneração da Administração:** Em 2020, a

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Aos Acionistas e Administradores da Infracommerce CXaaS S.A. São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infracommerce CXaaS S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infracommerce CXaaS S.A. em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e contraprestação transferida em combinação de negócios:** Veja as notas explicativas 2.1 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em 23/12/2020, a controlada Infracommerce Negócios e Soluções em Internet Ltda. obteve o controle das empresas Pier 8 - Serviços Ltda. e Armazéns Gerais Furusho & Salzano Ltda. (em conjunto denominada "Grupo Pier 8"), por meio da aquisição de 100% de suas quotas. As estimativas associadas com a contabilização da aquisição de um negócio envolvem julgamentos relevantes, em especial na mensuração do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e na determinação das informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros provenientes da combinação de negócios. Considerando o alto grau de subjetividade e de julgamento na determinação das premissas, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento da receita líquida e taxa de

crescimento dos custos fixos e variáveis, bem como metodologia utilizada, incluindo o fluxo de caixa descontado e abordagem de renda, na mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e contraprestação transferida, além do impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) entendimento do processo de mensuração dos ativos e passivos decorrentes da combinação de negócios e da contraprestação transferida pela Companhia que inclui a determinação de um modelo para estimar o valor justo, premissas relevantes envolvidas, dados internos e externos relevantes usados e valor da contraprestação; ii) obtenção e inspeção dos documentos relacionados à aquisição do Grupo Pier 8, como os atos societários relevantes e o contrato de compra e venda; iii) avaliação dos saldos contábeis na data de aquisição e os potenciais efeitos das diferenças nas práticas contábeis relevantes que podem impactar a alocação do preço de compra; iv) análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da metodologia aplicada e principais premissas adotadas no cálculo da contraprestação contingente, identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como o respectivo cálculo do valor justo, incluindo a avaliação independente da consistência com dados históricos, de mercado e projeções do Grupo na data-base; v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos sumarizados acima, consideramos aceitáveis a determinação e mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos e contraprestação transferida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2020. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31/12/2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliáveis com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria

**25. Lucro (prejuízo) por ação:** A tabela abaixo mostra o detalhe do cálculo do prejuízo por ação:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2020	2019	2018
Lucro (prejuízo) líquido	2.700	(6.534)	(6.175)	(2.571)
Média ponderada de ações ordinárias (i)	220.862	220.862	220.862	220.862
Lucro (prejuízo) por ação	<b>0.0122</b>	<b>(0.0296)</b>	<b>(0.0280)</b>	<b>(0.0116)</b>

(i) O lucro (prejuízo) por ação apresentado acima foi calculado utilizando o capital social da Companhia na data dessas demonstrações financeiras após a reestruturação e considerando o desdobramento de ações conforme divulgado na nota 27 tópico iii) - como se as 220.862 ações tivessem existido durante todos os períodos apresentados. **26. Segmentos operacionais** Ao verificar o desempenho operacional da Companhia e alocar recursos, o principal tomador de decisões operacionais da Companhia ("CODM"), que é o Diretor-Presidente da Companhia ("CEO") e o Conselho de Administração ("CA"), avaliam itens selecionados na demonstração do resultado e do resultado abrangente. O CODM considera todo o Grupo como um único segmento operacional reportável, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. O CODM analisa dados financeiros relevantes para todas as subsidiárias. As informações desagregadas somente são revisadas no nível da receita sem detalhes correspondentes em qualquer nível de margem ou lucratividade. A nota explicativa 18 apresenta a abertura da receita líquida por país de domicílio, que são Brasil e México. No exercício social findo em 31/12/2020, 2019 e 2018, os dois maiores clientes da Companhia representavam, em conjunto, 34%, 34% e 48% da receita líquida, respectivamente. Todos os demais clientes, se analisados individualmente, eram responsáveis por volumes inferiores a 10% da receita líquida total da Companhia. **27. Eventos subsequentes: (i) Aquisição de subsidiária:** Em 29/01/2021, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 40% das ações da New Retail Company. A Companhia já possuía 21,44% dela, assim a Companhia totaliza 61,44% agora. A aquisição dessa participação adicional traz o controle para a Companhia sobre a New Retail. O preço fixo de aquisição foi de US\$ 9.000 mil (equivalente a R\$ 49.283), a ser liquidado de acordo com os termos e condições estabelecidos no instrumento de compra, conforme abaixo: (i) USD 3.000 mil (equivalente a 16.428) pago na data do fechamento da operação; (ii) USD 3.000 mil (equivalente a 16.428) a ser pago em Março de 2022; (iii) USD 3.000 mil (equivalente a 16.428) a ser pago em Março de 2023. O valor da terceira parcela poderá ser antecipado para a data da segunda parcela caso ocorra o IPO da Companhia antes de 31/12/2021. **Call Option e Put Option:** No contrato de compra e venda assinado entre as partes existe uma estrutura de put/call option em relação à participação remanescentes dos controladores anteriores. Ambas as opções de compra e venda serão calculadas a partir de um desconto em relação ao múltiplo de valor de mercado sobre a receita líquida da Companhia, o qual será aplicado sobre a receita líquida da New Retail. O call option se inicia em Março de 2022 com base nos números financeiros de 2021 e pode ser exercido a qualquer momento com base na receita líquida dos 12 meses anteriores ao exercício. O desconto inicial é de 20% e vai reduzindo ao longo dos anos (2,5% por ano) até atingir o patamar de 10%. Este desconto pode crescer em função da saída dos fundadores da gestão no ano anterior. O call option tem um *valuation floor* de USD 27.000 mil (vinte e sete milhões de dólares) que aumenta 20% ao ano. O put option, por sua vez, inicia-se em Março 2023, baseado na receita líquida do ano anterior e pode ser exercido em 4 tranches parciais e iguala a 9,64% ao ano. O desconto do múltiplo de receita líquida do put option começa em 30% e decresce ao longo dos anos até o patamar de 20%. O desconto do put option pode variar em função de algumas variáveis como permanência dos fundadores na gestão, crescimento da receita líquida e margem EBIT (ambos indicadores da New Retail). A Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos destes call/put option na combinação de negócios. **Ágio e Intangível:** O ágio e carteira de clientes (principal ativo identificado) mensurados preliminarmente como resultado da aquisição é de R\$ 40.865 e R\$ 5.227, respectivamente. O valor justo na data de aquisição do ágio preliminar consiste em:

Contraprestação transferida	49.283
Valor líquido dos ativos adquiridos a valor justo	8.419
<b>Ágio</b>	<b>40.865</b>

(ii) **Captção de empréstimo:** A Companhia captou no dia 02/02/2021 um empréstimo junto ao banco Santander no valor de R\$ 15.000 com o prazo de vencimento em 31/01/2022, com uma taxa de juros equivalente a CDI + 5% a.a. (iii) **Reestruturação societária:** Em 17/02/2021, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das ações, resultando em uma proporção de 1.585,23 ações ordinárias para cada uma ação previamente existente, independente da classe. Em 19/02/2021, os acionistas da Companhia aprovaram a reestruturação societária, na qual a Infracommerce CXaaS S.A. incorporou a Infracommerce Ltd, anteriormente localizada nas Ilhas Cayman, assim como a Infracommerce LLC, previamente localizada em Delaware, EUA. Como resultado da reestruturação, a Infracommerce CXaaS S.A. passou a ser a controladora final, a qual irá consolidar todo o grupo. Como parte da reestruturação societária, o plano de Opção de Ações que existia na Infracommerce Ltd foi transferido para a Infracommerce CXaaS no dia da transação, 19 de fevereiro 2021, mantendo as mesmas condições econômicas para seus beneficiários. Os valores referentes ao preço de exercício das opções em USD foram convertidos para BRL utilizando a cotação do dia 19 de fevereiro 2021.

Diretoria executiva	
Kai Schoppen Diretor Presidente	Raffael Quintas Alves CFO
Bruno Vieira Marques Contador - CRC: SP-331607/O-1	

**Respostas às perguntas frequentes**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às

continua →

☆ **continuação**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a

apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

**e consolidadas**

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01/03/2021



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**José Carlos da Costa Lima Junior**  
Contador CRC 1SP243339/O-9

## Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 29.938.085/0001-35

### Demonstrações Financeiras

#### Balancos patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo	2020		2019		Passivo	2020		2019	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	85.126	13.707			Debêntures	64.990	31.744		
Aplicações financeiras	-	76.900			Fornecedores	19.278	11.845		
Contas a receber	41.731	8.879			Fornecedores - partes relacionadas	1.579	836		
Contas a receber - partes relacionadas	1.395	166			Impostos e contribuições a recolher	796	5.374		
Tributos a recuperar	6.943	1.403			Obrigações com poder concedente	1.159	828		
Despesas antecipadas	4.813	5.874			Obrigações sociais e trabalhistas	14.087	18.301		
Contas a receber - operações com derivativos	39.329	-			Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	11.319	4.400		
Dividendos a receber	2.163	3.449			Outras contas a pagar	8	3.986		
Adiantamento a fornecedores	133	226			Total do passivo circulante	113.216	77.314		
Estoques (materiais sobressalentes)	29.883	10.453							
Outros créditos	234	296			<b>Não circulante</b>				
Total do ativo circulante	211.750	121.353			Debêntures	713.684	599.211		
<b>Não circulante</b>					Obrigações sociais e trabalhistas	70	64		
<b>Realizável a longo prazo</b>					Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	259	-		
Impostos diferidos	1.640	3.505			Total do passivo não circulante	714.013	599.275		
Contas a receber - operações com derivativos	33.619	-			<b>Patrimônio líquido</b>				
Depósitos judiciais	53	9			Capital social	89.000	89.000		
Estoques (materiais sobressalentes)	6.772	6.662			Reserva de lucros	6.517	2.621		
	42.084	10.176			Dividendo adicional proposto	4.141	3.444		
<b>Investimentos</b>						99.658	95.065		
<b>Imobilizado</b>					Total do passivo e patrimônio líquido	926.887	771.654		
<b>Intangível</b>									
<b>Intangível em construção</b>									
Total do ativo não circulante	715.137	650.301							
Total do ativo	926.887	771.654							

#### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020		2019	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	10.795	60.133		
Ajustes por:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.865	1.028		
Depreciação e amortização	31.608	24.125		
Baixa ativo imobilizado e intangível	69	291		
Equivalência patrimonial	(9.105)	(14.522)		
Varição cambial fornecedores estrangeiros	10	(8)		
Juros sobre debêntures	62.247	49.174		
Resultado de operações com derivativos	(92.216)	-		
Valor justo sobre debêntures (hedge)	62.452	-		
Provisão de energia elétrica, IPTU e outras	6.919	(2.020)		
Atualização monetária para riscos trabalhistas e previdenciários	3	-		
Constituição da provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	353	28		
Capitalização de custos de empréstimos	(4.012)	(1.409)		
	70.988	116.820		

#### Varição nos ativos e passivos

##### (Aumento) redução dos ativos

Contas a receber	(32.852)	10.756
Contas a receber - partes relacionadas	(1.229)	(54)
Dividendos recebidos	3.449	1.485
Tributos a recuperar	(5.540)	(792)
Estoques	(18.932)	(13.129)
Adiantamento a fornecedores	93	135
Depósitos judiciais	(44)	-
Despesas antecipadas e outros créditos	1.123	(1.136)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	4.619	6.822
Fornecedores	743	152
Fornecedores - partes relacionadas	(4.208)	8.230
Obrigações sociais e trabalhistas	331	396
Obrigações com poder concedente	1.237	18.292
Impostos e contribuições a recolher	(5.815)	(13.542)
Pagamentos de imposto de renda e contribuições sociais	(97)	(28)
Outras contas a pagar	(3.978)	3.986

#### Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

9.888 138.393

#### Fluxo de caixa das atividades de investimentos

Aquisição de ativo imobilizado	(2.627)	(6.794)
Adição de ativo intangível	(48.828)	(40.419)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	76.900	(1.980)
Aumento de capital em investida	-	(7.040)

#### Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento

25.445 (56.233)

#### Fluxo de caixa das atividades de financiamento

19.268 -

Debêntures

Captações

Pagamentos de principal

Pagamentos de juros

Dividendos pagos a acionistas controladores

Integralização do capital social

**Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento**

36.086 (69.562)

#### Aumento do caixa e equivalentes de caixa

71.419 12.598

#### Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa

No início do exercício

No final do exercício

85.126 13.707

71.419 12.598

#### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

2020 2019

**Lucro líquido do exercício**

Outros resultados abrangentes

**Total do resultado abrangente do exercício**

10.795 60.133

Francisco Pierrini - Diretor-Presidente

Maurício Dimitrov - Diretor

Contador: Hélio Aurélio da Silva - CRC 1SP129452/O-3

As Demonstrações Financeiras na íntegra acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia e no site: <https://viabilidade.grupoccr.com.br/>

## J.A. Agropecuária e Comercial S/A

CNPJ nº 59.472.050/0001-14

### Relatório da Diretoria

Senhores acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2018. A Diretoria permanece à disposição dos senhores acionistas para prestar os esclarecimentos que forem necessários.

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
<b>Circulante</b>	595.228,32	3.679.760,20			<b>Circulante</b>	1.807.867,57	3.502.633,35		
Disponibilidades: Caixa Geral	48.275,34	48.275,34			Fornecedores	7.152,25	29.113,89		
Clientes: Clientes	-	3.004.391,14			Contas Correntes	273.790,20	333.150,29		
<b>Outros Créditos</b>	176.728,54	176.728,54			Obrigações Trabalhistas	242.199,64	1.078.634,46		
Contas Correntes	14.163,81	14.163,81			Impostos a Pagar	1.238.503,09	2.061.734,71		
Adiantamento a Fornecedores	162.564,73	162.564,73			Parcelamento Ordinário COFINS-5856	46.222,39	-		
Valores a Ressarcir: Impostos Recuperáveis	281.006,72	361.147,46			<b>Não Circulante</b>	16.002.679,84	21.275.882,75		
<b>Despesas Diferidas</b>	89.217,72	89.217,72			Financiamentos	2.907.505,35	6.907.505,35		
<b>Não Circulante</b>	1.767.069,01	159.153,30			Contas Correntes - Acionistas	364.536,09	606.902,88		
Contas Correntes	1.767.069,01	159.153,30			Empréstimos de Terceiros	12.730.638,40	13.761.474,52		
Crédito com Sócios	1.765.876,08	157.960,37			<b>Patrimônio Líquido</b>	126.701.725,76	121.210.373,24		
Aplicações Compulsórias	1.192,93	1.192,93			Capital Social	141.420.000,00	141.420.000,00		
<b>Permanente</b>	142.149.975,84	142.149.975,84			Reservas de Capital	1.440,21	1.440,21		
<b>Imobilizado</b>	142.149.975,84	142.149.975,84			Prejuízos Acumulados	(18.648.484,95)	(20.211.066,97)		
Propriedades Agrícolas	127.906.521,32	127.906.521,32			Lucros ou Prejuízos Líquido	3.928.770,50	-		
Beneficentárias	21.925.951,39	21.925.951,39			<b>Total do Passivo</b>	144.512.273,17	145.988.889,34		
Casa e Vilas Residencial	2.913.396,49	2.913.396,49			<b>Sumário das Principais Práticas Contábeis:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência ao preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos das Leis das Sociedades Anônimas e aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:				
Culturas Permanentes	514.444,48	514.444,48			a) <b>Determinação do resultado:</b> O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. c) <b>Imobilizado:</b> O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, acrescidos das atualizações monetárias até 1995. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. <b>Nota 03 - Patrimônio Líquido:</b>				
Outras Imobilizações	3.193.340,34	3.193.340,34			a) <b>Capital Social:</b> O capital social da Empresa J.A. Agropecuária e				
(-) Depreciações Acumuladas	(14.303.678,18)	(14.303.678,18)							
<b>Total do Ativo</b>	144.512.273,17	145.988.889,34							

#### Notas Explicativas

**Nota 01 - Contexto Operacional:** A Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e tem como principais operações a produção e comercialização de produtos agrícolas. Neste exercício a empresa arrendou suas terras para Usina Raízen Energia S/A, ficando toda receita proveniente dos arrendamentos. **Nota 02 -**

**Nota 03 - Patrimônio Líquido:** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios. c) **Imobilizado:** O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, acrescidos das atualizações monetárias até 1995. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas. **Nota 03 - Patrimônio Líquido:** a) **Capital Social:** O capital social da Empresa J.A. Agropecuária e

#### Demonstração do Resultado do Exercício Findo em 31/12/2018 e 2017

(-) Despesas Operacionais	2018		2017	
Administrativas	(1.050.464,81)	(1.102.539,45)		
Tributárias	(33.468,42)	(656.230,49)		
Financeiras Líquidas	(876.132,12)	(227.443,45)		
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(140.864,27)	(216.865,51)		
Aluguéis e Arrendamentos	4.979.235,31	5.431.271,31		
Receita Redução Encargos PERT Lei 13.496	4.546.675,00	4.759.590,95		
<b>Resultado Operacional</b>	4.328.731,86	4.328.731,86		
<b>Despesas Não Operacionais</b>	-	(8.250.678,92)		
Perdas na Alienação de Imobilizado	-	(5.007.823,98)		
Perdas, Deterioração Mercadorias	-	(3.242.754,94)		
<b>Lucro ou (-) Prejuízo do Exercício</b>	(3.928.770,50)	(3.921.947,06)		
<b>Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>				
	2018	2017		
<b>Saldo anterior de prejuízos acumulados</b>	(20.211.066,97)	(16.572.494,09)		
(±) Ajustes Devedores Exercícios anteriores	-	(662.085,36)		
Recuperação Prejuízo Fiscal	1.562.582,02	(945.459,54)		
Lucros ou (-) Prejuízo acumulados Lucro real	(18.648.484,95)	(3.921.947,06)		
<b>Prejuízos acumulados</b>	-	(20.211.066,97)		
<b>Lucro Líquido do Período</b>	3.928.770,50	-		

Comercial S/A no valor de R\$ 141.420.000,00, esta representado por ações ordinárias. **Nota 04 - Lucros ou Prejuízos Acumulados:** Em 2018 a Empresa J.A. Agropecuária e Comercial S/A mudou o regime de tributação, saindo do Lucro Real para Lucro Presumido, ficando com prejuízos acumulados do regime do Lucro Real a compensar.

Maria Cristina Moreno Atalla Curri - Diretora

Geraldo Mendes dos Santos - CRC 1MG031485/O-6

**INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36

NIRE 35.300.557.361

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2021**

**ANEXO II**

**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

## **ESTATUTO SOCIAL DA**

### **INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**

CNPJ/ME nº 38.456.921/0001-36

NIRE 35.300.557.361

#### **Capítulo I - Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração**

**Artigo 1º.** A Companhia denomina-se **INFRACOMMERCE CXAAS S.A.**, e será regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

**Parágrafo Primeiro** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** - Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, por deliberação da Diretoria, fixar e alterar o endereço da sede, bem como abrir, transferir e extinguir filiais, escritórios, agências e representações, em qualquer localidade do País ou do exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a gestão de participações societárias e a participação em outras sociedades atuantes no setor de tecnologia ou em qualquer outro relacionado ao e-commerce, como acionista ou quotista, bem como a administração de bens próprios, no País ou no exterior.

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

#### **Capítulo II - Capital Social**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 91.642.863,00 (noventa e um milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 183.285.726 (cento e oitenta e três milhões, duzentas e oitenta e cinco mil, setecentas e vinte e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Segundo** - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo Terceiro** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

**Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até 183.285.726 (cento e oitenta e três milhões, duzentas e oitenta e cinco mil, setecentas e vinte e seis) ações ordinárias.

**Parágrafo Primeiro** - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

**Artigo 7º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, observadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **Capítulo III - Das Assembleias Gerais**

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

**Parágrafo Primeiro** - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

**Parágrafo Segundo** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

**Parágrafo Terceiro** - As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Quarto** - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

**Parágrafo Quinto** - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei, serão todas tomadas pela maioria absoluta dos acionistas titulares de ações presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

**Parágrafo Sexto** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

**Artigo 10.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

- I. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Artigo 6º do presente Estatuto Social;
- II. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- III. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como definir se haverá membro suplente nos termos de Estatuto Social;
- IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- V. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
- VI. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- VII. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal, observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;
- VIII. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 6º deste Estatuto Social;
- IX. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- X. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;
- XI. aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias;
- XII. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; e
- XIII. aprovar os orçamentos operacionais e orçamento de capital da Companhia.

## **Capítulo IV - Da Administração da Companhia**

**Artigo 11.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições legais e estatutárias de cada um desses órgãos.

**Parágrafo Primeiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** - A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 36 abaixo.

### **Seção I - Do Conselho de Administração**

**Artigo 12.** O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco), e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral poderá eleger e destituir 1 (um) membro suplente comum aos membros eleitos do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quarto** - A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração indicará o Presidente do Conselho.

**Parágrafo Quinto** - O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências e ou impedimentos temporários nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto social ou pelo regimento interno daquele órgão, por outro Conselheiro por ele indicado por escrito.

**Parágrafo Sexto** - O Conselheiro suplente, se houver, substituirá um membro efetivo em todos os seus direitos e deveres sempre que ocorrer ausência ou impedimento temporário do Conselheiro efetivo, para uma determinada reunião ou ato, sendo certo que o Conselheiro suplente poderá substituir qualquer dos membros efetivos do Conselho de Administração, observada a ressalva de que a substituição de membro independente deverá ser realizada apenas por suplente também independente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Sétimo** - No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído pelo Conselheiro suplente, se houver, observando-se ainda o disposto no Parágrafo Primeiro acima. Caso o membro do Conselho de Administração não possa ser substituído pelo suplente, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, também observado o disposto no Parágrafo Primeiro acima, que deverá ser referendado na primeira

assembleia geral seguinte, ordinária ou extraordinária, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

**Parágrafo Oitavo** - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

**Artigo 13.** Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou, um conselheiro por ele nomeado como procurador, inclusive nos casos de ausência e/ou impedimento deste, observado o prazo mínimo de antecedência de 3 (três) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

**Parágrafo Primeiro** - Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**Parágrafo Segundo** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

**Artigo 14.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

**Parágrafo Primeiro** - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração.

**Parágrafo Segundo** - Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

**Parágrafo Terceiro** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, sendo que, no caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de qualidade.

**Artigo 15.** Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Companhia.

**Artigo 16.** O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;
- (b) eleger e destituir os diretores da Companhia, bem como fixar-lhes as atribuições;

- (c) indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;
- (d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;
- (e) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Artigo 11 do presente Estatuto, incluindo quaisquer pagamentos de benefícios ou bônus aos diretores da Companhia;
- (f) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme Artigo 6º deste Estatuto Social;
- (g) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
- (h) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;
- (i) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
- (j) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (k) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
- (l) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme Artigo 31, Parágrafo Terceiro, abaixo;
- (m) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável;
- (n) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;
- (o) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;
- (p) aprovar programa de outorga de ações da Companhia, a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador, empregado ou prestador de serviços da Companhia ou de suas controladas, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Artigo 6º deste Estatuto Social, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
- (q) aprovar operação ou conjunto de operações relacionadas celebradas com partes relacionadas da Companhia, quando os seus valores superem R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

- (r) aprovar operações ou conjunto de operações relacionadas de aquisição, venda, transferência, locação, oneração, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas ou participações nas companhias controladas ou coligadas de propriedade da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição, quando os seus valores superem R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), estipulando prazos e demais condições;
- (s) aprovar operações ou conjunto de operações relacionadas de empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais);
- (t) aprovar operações ou conjunto de operações relacionadas de outorga de empréstimos a qualquer terceiro em nome da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias em valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), exceto com relação a empréstimos para a Companhia ou qualquer subsidiária, observando-se a vedação da prática de atos de liberalidade;
- (u) iniciar ou fazer acordo em qualquer processo judicial, administrativo, arbitral ou qualquer outro procedimento legal pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias que envolva valor superior a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) por processo ou procedimento;
- (v) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
- (w) aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
- (x) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;
- (y) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Segundo abaixo; e
- (z) aprovar as atribuições da área de auditoria interna.

**Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração poderá alterar os limites e abrangência estabelecidos para práticas de atos dos diretores em casos específicos ou por tempo que julgar conveniente.

**Parágrafo Segundo** - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

## Seção II - Da Diretoria

**Artigo 17.** A Diretoria será constituída de, no mínimo, 2 (dois), e, no máximo 9 (nove) membros, eleitos pelo Conselho de Administração e com atribuições fixadas por este órgão, sendo obrigatoriamente designado um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente de Finanças e um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem designação específica. Todos os diretores serão residentes no país e terão mandato fixado em 2 anos, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo Primeiro** - Os diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

**Parágrafo Segundo** - Qualquer diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

**Parágrafo Quarto** - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

**Parágrafo Quinto** - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.

**Parágrafo Sexto** - No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

**Artigo 18.** A Diretoria reunir-se-á, na sede social da Companhia, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria de seus membros e, em segunda convocação, com qualquer número de Diretores.

**Parágrafo Primeiro** - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião.

**Parágrafo Terceiro** - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, mutatis mutandis e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração.

**Parágrafo Quarto** - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, sendo que no caso de empate, o Diretor Presidente terá o voto de qualidade.

**Artigo 19.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração e os orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- (a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- (b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto Social;
- (c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- (d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social); e
- (e) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** - Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** - As atribuições previstas nos itens (c), (d) e (e) acima deverão ser deliberadas no âmbito das Reuniões da Diretoria, observadas as formalidades descritas no Artigo 18 acima.

**Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) Coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- (b) Zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- (c) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (d) Coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;
- (e) Definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social *ad referendum* do Conselho de Administração;
- (f) Orquestrar a estratégia de longo prazo da Companhia junto ao Conselho de Administração, munindo-o de informações sempre que necessário; e
- (g) Zelar pela reputação da Companhia junto aos seus funcionários, clientes, acionistas e mercado em geral, garantindo o bom atendimento e a boa prestação de serviços por todas as áreas da Companhia.

**Artigo 21.** Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- (b) coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira; e

- (c) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

**Artigo 22.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- (a) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- (b) Prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (c) Manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

**Artigo 23.** Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

#### **Capítulo V - Da Representação da Companhia**

**Artigo 24.** A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- (i) por 2 (dois) Diretores em conjunto;
- (ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído; e
- (iii) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, conforme os poderes constantes do respectivo instrumento de mandato, neste caso exclusivamente para a prática de atos específicos, sem prejuízo ao disposto no Artigo 25 abaixo.

**Parágrafo Primeiro** - As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no parágrafo segundo deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 (um) ano.

**Parágrafo Segundo** - As procurações para fins judiciais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e aquelas outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas.

**Artigo 25.** A Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não crie obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) representação da Companhia em assembleias gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; (d) representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; (e) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Prefeituras, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

#### **Capítulo VI - Do Conselho Fiscal.**

**Artigo 26.** A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

## **Capítulo VII - Aquisição de Participação Relevante, Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado**

**Artigo 27.** Para fins deste Capítulo, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“**Adquirente**” significa qualquer pessoa, incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior, ou Grupo de Acionistas, que passe a ser titular de ações ou de direitos sobre as ações de emissão da Companhia, nos termos deste Artigo.

“**Controle**” (bem como seus termos correlatos) significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

“**Grupo de Acionistas**” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; (ii) entre as quais haja relação de Controle; ou (iii) sob Controle comum.

“**OPA**” significa oferta pública para aquisição de ações de emissão da Companhia.

**Artigo 28.** Qualquer Adquirente que adquira, subscreva ou, de qualquer outra maneira, se torne titular de ações ou direitos sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia (“**Participação Acionária Relevante**”) deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou em tal Participação Acionária Relevante, efetivar uma OPA para a totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e os termos deste Artigo, sendo que na hipótese de OPA sujeita a registro, o prazo de 60 (sessenta) dias referido acima será considerado cumprido se neste período for solicitado tal registro.

**Parágrafo Primeiro** - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 120% (cento e vinte por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 18 (dezoito) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas.

**Parágrafo Segundo** - O Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM e da B3, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

**Parágrafo Terceiro** - Na hipótese de o Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos para a realização da OPA, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos seus direitos em vista do não cumprimento das obrigações imposta por este Artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos causados aos demais acionistas.

**Parágrafo Quarto** - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e do Artigo 29 deste Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo Adquirente das obrigações constantes deste Artigo, ressalvado o disposto no §8º deste Artigo.

**Parágrafo Quinto** - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do § 1º deste Artigo, este deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo.

**Parágrafo Sexto** - O disposto neste Artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência de: (i) sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia, incluindo, sem limitação, a cessão e/ou transferência de ações de emissão da Companhia entre empresas controladoras e controladas ou sociedades sob controle comum; (iii) de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia ou a incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e (iv) subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração e cujo preço de emissão seja fixado na forma estabelecida pela legislação societária aplicável.

**Parágrafo Sétimo** - Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do capital total descrito no caput deste Artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

**Artigo 29.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Artigo 30.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único** - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

### **Capítulo VIII - Exercício Social e Destinação dos Lucros**

**Artigo 31.** O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**Parágrafo Primeiro** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Segundo** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a

ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou em menor periodicidade, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

**Parágrafo Quarto** - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

**Parágrafo Quinto** - A Companhia e os Administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

**Artigo 32.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

**Parágrafo Primeiro** - Após as deduções mencionadas neste Artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, não superior a 10% (dez por cento) do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, dentro dos limites estabelecidos no artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social.

**Parágrafo Segundo** - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste Artigo, terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (ii) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no Parágrafo Terceiro deste Artigo;
- (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Parágrafo Terceiro deste Artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- (v) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimento", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia

- (vi) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (vii) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

**Parágrafo Terceiro** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

**Parágrafo Quarto** - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

**Artigo 33.** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social

**Parágrafo Primeiro** - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e sua atribuição ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

**Parágrafo Segundo** - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

**Artigo 34.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

**Artigo 35.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

### **Capítulo IX - Cláusula Arbitral**

**Artigo 36.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

### **Capítulo X - Disposições Finais**

**Artigo 37.** A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

**Artigo 38.** A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, e observadas as regulamentações e orientações da CVM aplicáveis.

**Artigo 39.** Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

**Artigo 40.** A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, quando houver, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada.

**Artigo 41.** Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 42.** As disposições contidas nos §1º e 2º do Artigo 1º, §1º e §2º do Artigo 11, §1º e §2º do Artigo 12, inciso (v) e (w) do Artigo 16, Capítulo VII, Capítulo IX e Artigo 41 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.